

ENTREVISTA

"A reforma sindical promoverá avanços", diz Ricardo Berzoini

PROJETO

A CSC e a luta pela valorização da força de trabalho

CAMPO

Miguel Rossetto: "A reforma agrária como ação estruturante"

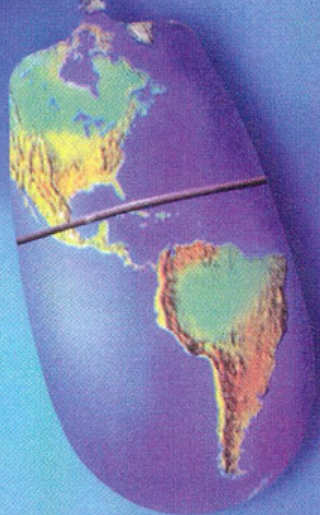
ANO 18 - Nº 48 - R\$ 7,50 - JUN/JUL/AGO-2004

Debate Sindical

O sindicalismo
diante dos
impasses do
governo Lula



Assine e leia o Diplô em português
www.diplo.com.br



Eles estão globalizando o capital.
Nós, a crítica e as alternativas.

LE MONDE
diplomatie

Debate Sindical é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES).

Sede: Rua Monsenhor Passalacqua, nº 158, Bela Vista,

São Paulo, SP, CEP 01323-010, fone/fax: (11) 289-1496

Correio eletrônico: c.e.s.@uol.com.br

Editor:

Altamiro Borges

Conselho de Redação:

Antônia Rangel

Augusto Buonicore

Augusto Petta

Cláudio Gonzalez

Guiomar Prates

João Batista Lemos

José Carlos Ruy

Oswaldo Bertolino

Sérgio Barroso

Umberto Martins

Conselho Editorial:

Armando Boito

César Benjamin

Clóvis Moura

Décio Saes

Emir Sader

Francisco Teixeira

João Pedro Stedile

Luis Fernandes

Luís Paulino

Lucília Machado

Marcos Gomes

Nilton Vasconcelos

Paulo Schilling

Ricardo Antunes

Abigail Pereira

Álvaro Gomes

Augusto Petta

Edson Pimenta

Gilda Almeida

Gilson Reis

Gregório Poço

José Carlos Schulte

Luís Gavazza

Mônica Custódio

Nivaldo Santana

Raquel Guisoni

Vianei Martins

Wagner Gomes

Foto da capa:

Victor Soares/ABr

Charge:

Marcio Baraldi

Revisão:

Josenildo Marques

Editoração eletrônica:

Sandra Luiz Alves

- 4 A CSC e a luta pela valorização do trabalho**
WAGNER GOMES
- 7 "A reforma modernizará o sindicalismo brasileiro"**
ENTREVISTA: RICARDO BERZOINI
- 10 O circuito financeiro e a política de emprego**
COLUNA: MARCIO POCHMANN
- 11 Os avanços e as armadilhas da reforma sindical**
PASCOAL CARNEIRO
- 14 A reforma agrária como ação estruturante**
MIGUEL ROSSETTO
- 17 As duas décadas perdidas na economia nacional**
EDMILSON COSTA
- 22 Um modelo sindical de inspiração partidária**
COLUNA: ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ
- 23 Qual o papel do sindicalismo diante do governo Lula?**
POLÊMICA: LUIZ MARINHO/JOÃO BATISTA LEMOS/
MARCO AURÉLIO SANTANA
- 30 Desenvolvimento depende da valorização do trabalho**
UMBERTO MARTINS E ALTAMIRO BORGES
- 36 O nome do bicho é a retração da economia**
COLUNA: JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO
- 37 A estratégia paulistana de inclusão social**
RICARDO AMORIM
- 41 A luta pela universalização das políticas públicas**
GILSON REIS
- 43 A derrota anunciada dos sindicatos na Alemanha**
UDO REHFELDT
- 47 O desmonte do Estado e a ética do trabalho**
COLUNA: HERVAL PINA RIBEIRO
- 48 Breve histórico da Corrente Sindical Classista**
AUGUSTO CÉSAR PETTA
- 50 Uma homenagem ao mestre Graciliano Ramos**
RONIWALTER JATOBÁ
- 53 Sindicalismo da crise ou crise do sindicalismo?**
GIOVANNI ALVES
- 56 Resenhas de livros**
MARIA CLOTILDE LEMOS PETTA/LILIANA SEGNINI
- 58 A juventude e os dilemas do Primeiro Emprego**
MARCOS EMILIO



Jesus Carlos/Imagemlatina

A CSC e a luta pela valorização do trabalho

Em oposição ao que diz a cartilha neoliberal, a valorização do trabalho deve ser considerada hoje como uma fonte para o crescimento da economia e o fortalecimento do mercado interno. Por consequência, a classe trabalhadora pode e deve ser a força social motriz do novo projeto de desenvolvimento nacional, tanto no plano das idéias quanto no terreno das lutas políticas concretas pela mudança.

Essas concepções sintetizam, em certa medida, as ricas

Seminário nacional da CSC, realizado no final de maio, decide priorizar a luta por um novo projeto de desenvolvimento tendo como base a valorização do trabalho

WAGNER GOMES

conclusões do seminário realizado pela Corrente Sindical Classista em Belo Horizonte, nos dias 20 a 23 de maio, que reuniu 189 lideranças. Dirigentes de 57 entidades sindicais se deslocaram de 15 Estados para debater o tema proposto pela direção nacional da CSC: as relações entre "valorização do trabalho e desenvolvimento nacional".

Aos poucos, o sindicalismo se dá conta de que as lutas específicas das categorias não bastam para reverter o processo de

MÍNIMO SALÁRIO

Para justificar o vergonhoso aumento real de 1,23% no valor do salário mínimo, o ministro Palocci voltou a usar surrados argumentos. O principal é que um reajuste maior elevaria o déficit da Previdência Social. Baita tapeação! Somando todas as contribuições fixadas na Constituição para custeio da seguridade, neste ano a receita será de R\$ 183 bilhões – mesmo sem contar o festejado recorde da arrecadação. Já o gasto com aposentadorias e pensões será de R\$ 122 bilhões. Ou seja: não há déficit, mas sim superávit! Palocci só não diz que parte deste dinheiro será desviada para pagar credores, engordando o superávit primário.

PRIMEIRO EMPREGO

Saudado como uma iniciativa positiva, o Programa Primeiro Emprego, lançado pelo governo Lula em junho passado, agora corre sério risco de regressão. Sabotado pelas empresas, o PPE não deslanchou; até abril último, contabilizou apenas 707 jovens contratados. Temendo o fiasco, o governo decidiu reformular o projeto, retirando a cláusula que proibia demissão de antigos funcionários e a contratação de jovens sem direitos; além de elevar os subsídios para R\$ 1.500 ao ano, sem distinção entre pequena e grande empresa.

IMPOSTO DE RENDA

Após intensa pressão, o sindicalismo dá como certo que o governo Lula finalmente corrigirá a tabela do Imposto de Renda na fonte. Até 1995, ela era corrigida anualmente, com base nos índices de inflação. De forma arbitrária, FHC congelou a tabela por seis anos – que teve apenas um reajuste neste longo período. Segundo vários estudos, a defasagem acumulada é de 55,3%. Somente neste ano, esta distorção roubará dos assalariados cerca R\$ 4,5 bilhões, que ficarão retidos nos cofres da Receita Federal. A correção do IR na fonte animaria o mercado interno, gerando maior consumo, produção e cerca de 100 mil empregos.

degradação do trabalho imposto pelo capital, sobretudo no governo neoliberal de FHC, quando o desemprego dobrou e mais de 50% da PEA foi condenada à informalidade. Para enfrentar os efeitos desta crise e reverter a lógica de degradação será preciso unificar e elevar o nível das lutas dos trabalhadores ao plano político. O seminário da CSC não deixou de refletir esta preocupação.

No Brasil, a questão política central da atualidade é o desafio do desenvolvimento. Exige, num só tempo, a crescente afirmação da soberania nacional e a retomada do crescimento sustentado da economia, de forma a superar a dolorosa estagnação verificada desde a chamada crise da dívida externa, nos anos 80.

CONTEXTO MUNDIAL

Um novo projeto de desenvolvimento deve ser abordado a partir de um horizonte amplo, levando em conta o contexto mundial, conforme observou na abertura do seminário o vice-presidente e secretário de relações internacionais do PCdoB, José Reinaldo de Carvalho. O unilateralismo dos EUA e o projeto original da Alca são sérias ameaças à soberania e ao desenvolvimento nacional. Eles devem ser combatidos sem vacilação.

De outro lado, a política externa ativa e soberana do governo Lula, o fortalecimento do Mercosul e das relações comerciais e políticas com nações como a China, a Índia, a Rússia e a África do Sul, favorecem o progresso da nossa economia, reduzem a dependência frente às potências imperialistas e, por essas razões, merecem total

respaldo do povo. Não restam dúvidas, por exemplo, de que a parceria estratégica entre Brasil e China, consagrada pela histórica visita do presidente Lula, contribuirá para a elevação da taxa de investimentos internos e terá impactos positivos sobre a evolução do PIB, do emprego e da renda.

Todavia, um novo projeto de desenvolvimento não se resume a uma boa política externa, como ficou patente no debate com Carlos Árabe, dirigente nacional do PT e da Democracia Socialista, e Dilermando Toni, dirigente do PCdoB. Ele requer a mudança da atual política econômica, em larga medida ainda amarrada aos acordos com o FMI e subordinada à lógica do pagamento das dívidas externa e interna.

Neste rumo, o seminário concluiu que será necessário recompor a capacidade de investimentos do Estado, renegociando a dívida externa no âmbito do Mercosul e alterando a filosofia do ajuste fiscal, de modo que os recursos hoje economizados para pagar a dívida pública (via superávit primário) sejam empregados na valorização e universalização dos serviços públicos e investidos na geração de emprego e no crescimento.

CENTRALIDADE DA CLASSE

Para João Batista Lemos, coordenador nacional da CSC, a luta pela redução da jornada sem redução do salário, pelas reformas agrária e urbana, pelo aumento real do salário mínimo e pela elevação do grau de escolaridade do trabalhador, entre outras, deve ser levantada doravante não apenas como reivindicações específicas do sindicalismo, pois são componentes essenciais de um

DEGRADAÇÃO INFANTIL

Segundo recente relatório da OIT, o trabalho infantil vitima uma em cada seis crianças no planeta. Isto corresponde a 246 milhões de "trabalhadores" de cinco a 17 anos, dos quais 110 milhões têm menos de 11 anos. No Brasil, são 5,4 milhões de crianças, a maioria ocupada na agricultura. Um dado revelador deste novo estudo é o aumento do trabalho doméstico no país, que já emprega 230 mil crianças. Mais da metade trabalha acima das 44 horas semanais e a remuneração de 64% delas é inferior a um salário mínimo. São comuns os casos de violência doméstica, com maus tratos, discriminação racial e abuso sexual.

SEGUNDA ABOLIÇÃO

"É uma espécie de segunda abolição da escravidão". É desta forma que o deputado Tarcísio Zimmermann (PT/RS) encara a Proposta de Emenda Constitucional 438, que prevê a expropriação da propriedade onde existir trabalho escravo. Apesar da euforia, a PEC ainda corre o risco de ser rejeitada. A Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), inclusive, já listou as mentiras mais comuns difundidas pelos que praticam esta forma ilegal de exploração. "A escravidão contemporânea é diferente da antiga, mas ela rouba a dignidade do ser humano da mesma maneira", afirma o órgão criado pelo governo Lula.

ESCRAVOS MODERNOS

Segundo a Conatrae, entre 1995/03 foram libertados 10.726 "escravos" no país. "As ações de fiscalização demonstram que quem escraviza não são proprietários desinformados, escondidos em propriedades atrasadas e arcaicas. Pelo contrário, são grandes latifundiários, que produzem com alta tecnologia... Não raro, nas fazendas são identificados campos de pouso de aviões". Em março de 2004, o Brasil reconheceu na ONU a existência de pelo menos 25 mil pessoas que vegetam na escravidão.

CONJUNTURA



Arquivo CSC

novo projeto de desenvolvimento.

A compreensão de que a valorização do trabalho constitui uma fonte para o crescimento repõe na ordem do dia a centralidade da classe operária na luta pela mudança e por um novo projeto de desenvolvimento, na opinião de dois outros expositores, o economista Renildo Souza e o jornalista Umberto Martins.

João Batista Lemos acentuou, neste sentido, a necessidade de se fortalecer o sindicalismo através de um maior enraizamento nas bases, sendo de invulgar importância a luta pela criação de comitês sindicais nas empresas, de forma a encaminhar com maior vigor as batalhas concretas através das quais será forjado o caminho do desenvolvimento com soberania e valorização do trabalho.

Procurando unir teoria e prática, na melhor tradição do movimento operário mundial, o seminário aprovou moções que reclamam do parlamento um aumento real para o salário mínimo maior do que o proposto pelo governo. Também manifestou solidariedade a Cuba e à Venezuela diante das novas e reacionárias investidas do governo

Bush. Reforçou ainda a campanha pela redução da jornada de trabalho, conduzida de forma unificada pelas centrais sindicais, e que conta agora com o louvável apoio do ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini. As lideranças da CSC se comprometeram a recolher 300 mil assinaturas em defesa do projeto em tramitação no Congresso Nacional que propõe a redução da jornada.

Por fim, o secretário nacional de organização do PCdoB, Walter Sorrentino, também fez uma intervenção especial para observar que o projeto nacional-desenvolvimentista, conduzido pela burguesia brasileira na maior parte do século passado, esgotou-se na crise dos anos 80. Isto significa que esta tarefa cabe agora aos trabalhadores, cujos interesses estão em harmonia com o progresso. "A luta pela valorização do trabalho", enfatizou o economista Renildo Souza, "é a resposta necessária, crítica e positiva ao destrutivo ataque ao trabalho desferido pela política neoliberal há mais de duas décadas no mundo".

Wagner Gomes é vice-presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores e membro da coordenação da Corrente Sindical Classista (CSC)

“Reforma dará passos na modernização sindical”



Ricardo Berzoini, ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo e atual ocupante do Ministério do Trabalho e Emprego, pode ser alvo de inúmeras críticas, menos a de fugir das bolas divididas. Como ministro da Previdência, liderou a controvertida reforma desta área, taxada de fiscalista e privatista. Ainda neste ministério, sofreu execração pública ao obrigar milhares de aposentados a ficarem em longas filas para o

recadastramento. Agora, ele assume o MTE com a missão de concluir a polêmica reforma sindical e trabalhista, que promete causar uma “revolução” nas relações do trabalho e no futuro do sindicalismo brasileiro. Pouco antes de baixar uma portaria que asfixiaria financeiramente as entidades sindicais — e de ser forçado a suspendê-la —, Ricardo Berzoini concedeu esta entrevista à revista *Debate Sindical*.

“Não há razão nenhuma para pressupor que o custo do trabalho ou o excesso de

Debate Sindical: *Qual sua avaliação sobre os trabalhos desenvolvidos até agora pelo Fórum Nacional do Trabalho (FNT)?*

Ricardo Berzoini: O Fórum tem produzido um debate de extraordinária qualidade, pois as entidades entenderam perfeitamente seu espírito: produzir acordos em torno de matérias conflitivas da relação capital x trabalho, estrutura sindical e negociação coletiva. Nessa direção, o resultado da reforma sindical aponta para passos importantes de modernização, que não contemplam absolutamente a opinião de nenhuma das partes, mas que representam um denominador comum de avanço possível. Com isso, a reforma chegará ao Congresso Nacional com amplo apoio para a sua tramitação e o parlamento poderá avaliar não apenas seu conteúdo, mas o significado político do processo de preparação pelos empresários, trabalhadores e o próprio governo.

A FNT tem se concentrado na reforma sindical. O que de positivo foi consensuado até agora? Por que tanta resistência do patronato na questão do reconhecimento das comissões sindicais de base?

Berzoini: Creio que o principal avanço se dá na questão da unicidade obrigatória, na qual foi encontrada uma saída engenhosa para um assunto tão polêmico. A idéia de preservar a possibilidade da exclusividade de representação condicionada à democratização é uma saída inteligente, pois une os conceitos de liberdade de

“O governo Lula assumiu a meta da erradicação do trabalho escravo; vamos fiscalizar mais e mobilizar toda a sociedade”

organização e de unidade. Ou seja, só haverá preservação da exclusividade se houver participação da base. Além disso, o avanço no mecanismo de sustentação financeira também é importante. A resistência à representação nos locais de trabalho é óbvia: a real força de um sindicato está na sua presença nos locais de trabalho, com uma representação forte e identificada com os verdadeiros anseios do trabalhador e da vida real da produção. Muitos empresários têm medo desse mecanismo, em razão da necessária mudança de postura que terão que adotar na relação com seus empregados.

Há preocupação numa parcela do sindicalismo de que a reforma resulte em turbulências; fala-se no risco de pulverização e de concentração de poderes nas centrais. Como o senhor responde a tais preocupações?

Berzoini: Pulverização é o que existe hoje. O modelo apresentado tende a reduzir a fragmentação e a fortalecer as centrais, mas não no sentido burocrático. As entidades nacionais terão que ter real representatividade para existir. O poder só existirá se houver legitimidade para tanto. Mas é óbvio que isso não depende só da

estrutura, mas fundamentalmente do grau de participação dos trabalhadores e empregadores em suas entidades. O modelo induz a representatividade, facilitando a participação.

A questão trabalhista ficará para o próximo ano, mas as recentes declarações do presidente Lula, de que tudo estaria em aberto no tema, geraram mal-estar no sindicalismo. Quais os seus compromissos na questão trabalhista?

Berzoini: Não há razão para pressupor que o custo do trabalho no Brasil ou um excesso de regulamentação seja fator determinante para a atual situação do mercado de trabalho. Mas é óbvio que todo esforço para simplificar e modernizar pode e deve ser feito. Nessa matéria, devemos pensar nas normas, de maneira a facilitar a formalização das relações trabalhistas, diminuindo a burocracia, em particular para as micro e pequenas empresas. Não creio que isso signifique obrigatoriamente redução de direitos. Mesmo porque, já disse, o governo não quer ter sua proposta de reforma trabalhista, mas ajudar empresas e trabalhadores a encontrar pontos de consenso, que possam ser reconhecidos como facilitadores da formalização, sem que constituam depreciação do valor e das condições de trabalho. Um referencial devemos ter: a legislação atual não tem sido eficaz para assegurar a dezenas de milhões de trabalhadores a inclusão trabalhista e previdenciária.

O que o ministério tem feito para

regulamentação sejam os fatores determinantes para o desemprego no Brasil"

propiciar uma revalorização do trabalho, tão aviltado na era FHC? Quanto ao desemprego, o que há de novo? Qual o impacto do programa Primeiro Emprego? Quais as outras medidas de valorização do trabalho?

Berzoini: O Ministério tem objetivado a reorientação da fiscalização, com Delegacias Regionais do Trabalho mais abertas e atuantes, a busca de geração de empregos formais pelos investimentos de fundos (FGTS e FAT), o diálogo com todas as áreas de governo para que priorizem os investimentos que têm alto potencial de geração de emprego e renda. O programa Primeiro Emprego está começando e enfrenta problemas, em especial no que tange às regras muito detalhadas e à falta de mecanismos mais eficazes de captação de vagas. Mas estamos concluindo propostas e decisões que devem melhorar o desempenho. Os consórcios sociais da juventude têm sido um instrumento importante de mobilização social para envolver a sociedade na gestão do programa e no atendimento aos segmentos mais vulneráveis.

Por último, a questão da fiscalização do trabalho ganhou repercussão com os assassinatos de fiscais em Unai e com a descoberta de novas fazendas escravocratas. Qual tem sido a atitude do ministério? Quais os planos para erradicar tamanha degradação?

Berzoini: O governo Lula assumiu a meta de erradicação do trabalho escravo. Por isso, estamos trabalhando para fiscalizar mais e criar um efeito pedagógico importante, além de mobilizar a



J. Freitas/ABr

"Modelo proposto tende a reduzir a fragmentação e a fortalecer as centrais sindicais, mas não no rumo burocrático"

opinião pública em relação a esse assunto. Não resta dúvida de que esse tema está na agenda do país. Os quatro servidores do ministério, três fiscais e o motorista, que foram assassinados

não estavam fiscalizando trabalho escravo, mas realizando uma fiscalização de rotina em fazendas da região. Foram vítimas da truculência de alguns setores, que não querem reconhecer os mais elementares direitos. A Polícia Federal está investigando rigorosamente, com o compromisso do governo de não deixar esse crime brutal impune.

Entrevista concedida, por correio eletrônico, ao jornalista Altamiro Borges

O circuito financeiro e a política de emprego

O Brasil vive hoje numa encruzilhada histórica. Se a geração de trabalho for o desejo nacional, o interesse de 15 mil famílias envolvidas com o circuito da financeirização precisa ser contrariado como forma de implementação da macroeconomia do emprego no Brasil.

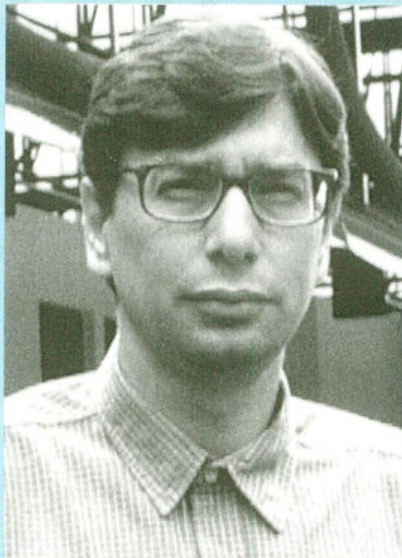
Mantida a atual situação econômica nacional submissa aos interesses das altas finanças, conforme observado desde 1990, tende a permanecer o aprisionamento da política macroeconômica ao circuito da financeirização da riqueza, gerando estagnação produtiva e abundância de desempregados.

ESCASSO E PRECÁRIO

Com isso, países como Botswana, China, Coreia do Sul, Singapura, Tailândia, Irlanda, Índia, entre outros, fazem suas economias crescerem, como média anual, a um ritmo superior a 5,5% durante as duas últimas décadas. Para esse mesmo período de tempo, o Brasil mal conseguiu atingir a marca de 2% ao ano de expansão da renda nacional, enquanto a força de trabalho cresce 50%.

O emprego, além de escasso, aparece cada vez mais precariamente. Somente nos últimos quatro anos, por exemplo, foram abertos 4,6 milhões de postos de trabalho

MARCIO POCHMANN



A estabilidade monetária exigida é incompatível com o crescimento

assalariados formais de até três salários mínimos mensais, enquanto 1,6 milhão de empregos que pagavam mais de três salários mínimos foram destruídos.

RISCO DO AUTORITARISMO

Nos dias de hoje, as poucas brechas que se abrem aos países não desenvolvidos no conturbado contexto internacional exigem a transformação da política macroeconômica vinculada aos interesses de uma elite circunscrita à financeirização da riqueza. Isso porque a estabilidade monetária exigida é incompatível com o crescimento econômico, o que já ficou demonstrado durante os dois governos Cardoso (1995/2002).

As forças democráticas deste país precisam encontrar alternativas factíveis para o desemprego. Sem isso, o autoritarismo voltará a oferecer

respostas, cedo ou tarde. Na década de 1930, por exemplo, sem encontrar saídas ao elevado desemprego, a esquerda alemã foi rapidamente ultrapassada pela proposta do pleno emprego gerada pela economia de guerra de Hitler. De forma distinta, o conservadorismo republicano deu lugar ao *New Deal* do pleno emprego gerado pela economia de bem-estar social dos democratas norte-americanos.

PRESSÃO CONTÍNUA

Também o Brasil fez escolhas acertadas durante essa mesma época. Na crise de 1929, quando pouco mais do que 3 mil grandes proprietários rurais aprisionavam a política macroeconômica nacional, em favor de subsídios fiscais e taxas de câmbio desvalorizada à economia cafeeira, o país demonstrou agilidade para reconstituir novas elites dirigentes, comprometidas com o desenvolvimento produtivo e do emprego nacional. O ciclo da industrialização nacional após 1930 foi favorável à absorção de mais de 80 milhões de trabalhadores que abandonaram o campo em direção aos mercados de trabalhos urbanos.

Até 2010, segundo os demógrafos, o Brasil terá uma contínua pressão de mão-de-obra sobre o mercado de trabalho. Todas as vezes que o país cresce abaixo de 5% ao ano, mais trabalhadores engrossam a fila do desemprego. O Brasil pode crescer a sua economia a 5% ao ano. Mas isso implica optar pela política macroeconômica do emprego.

Marcio Pochmann é professor licenciado do Instituto de Economia da Unicamp/SP e secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo. Correio eletrônico: marciop@prefeitura.sp.org.br



A reforma da organização sindical

Relatório final da comissão de sistematização do FNT apresenta aspectos positivos, mas também embute propostas de viés liberal que fragilizam o sindicalismo

PASCOAL CARNEIRO

O Fórum Nacional do Trabalho concluiu recentemente e encaminhou ao presidente Lula o relatório com a sua proposta de reforma sindical. Desta vez, houve envolvimento direto dos trabalhadores, empregadores, governo e representantes da sociedade civil na sua elaboração. Foi um processo diferente da reforma da Previdência, na qual o governo apresentou um pacote

fechado, sem participação e discussão democrática, com forte conteúdo neoliberal e a conseqüente retirada de direitos dos servidores públicos.

Na reforma sindical, as lideranças trabalhistas, ao mesmo tempo em que participavam do fórum tripartite, construíram uma instância própria – o Fórum Unitário dos Trabalhadores, que reúne as centrais sindicais – e,

com isso, conseguiram interferir no conteúdo final da proposta que deve ser enviada ao Congresso. Infelizmente, as confederações e federações independentes ficaram de fora e criaram um fórum próprio. Ainda assim, o debate foi amplo e a forma com que a reforma vem sendo encaminhada evidentemente influenciou e influenciará o seu conteúdo final.

A nova estrutura desenhada até o momento num fórum tripartite e plural não é

Os debates possibilitaram consensos importantes. As centrais tiveram criatividade e entenderam que a organização sindical não é exclusividade de uma ou de outra tendência, devendo representar todos os trabalhadores e contemplar diferentes idéias. Caso contrário, não seria viável alcançar o consenso e a bancada dos trabalhadores caminharia desunida no interior do Fórum Nacional do Trabalho. Por isto, a nova estrutura desenhada até o momento não é nem poderia ser a tradução de uma única concepção.

ASPECTOS POSITIVOS

A proposta formulada tem aspectos muito positivos. Ela prevê a criação das comissões sindicais de base; a repressão às práticas anti-sindicais; a mudança do conceito de sistema confederativo; a legalização das centrais. Ao lado disto, introduz um processo de transição da organização de categoria para o critério mais amplo do ramo de atividade, preconiza a obrigatoriedade das negociações coletivas e o direito à negociação no setor público.

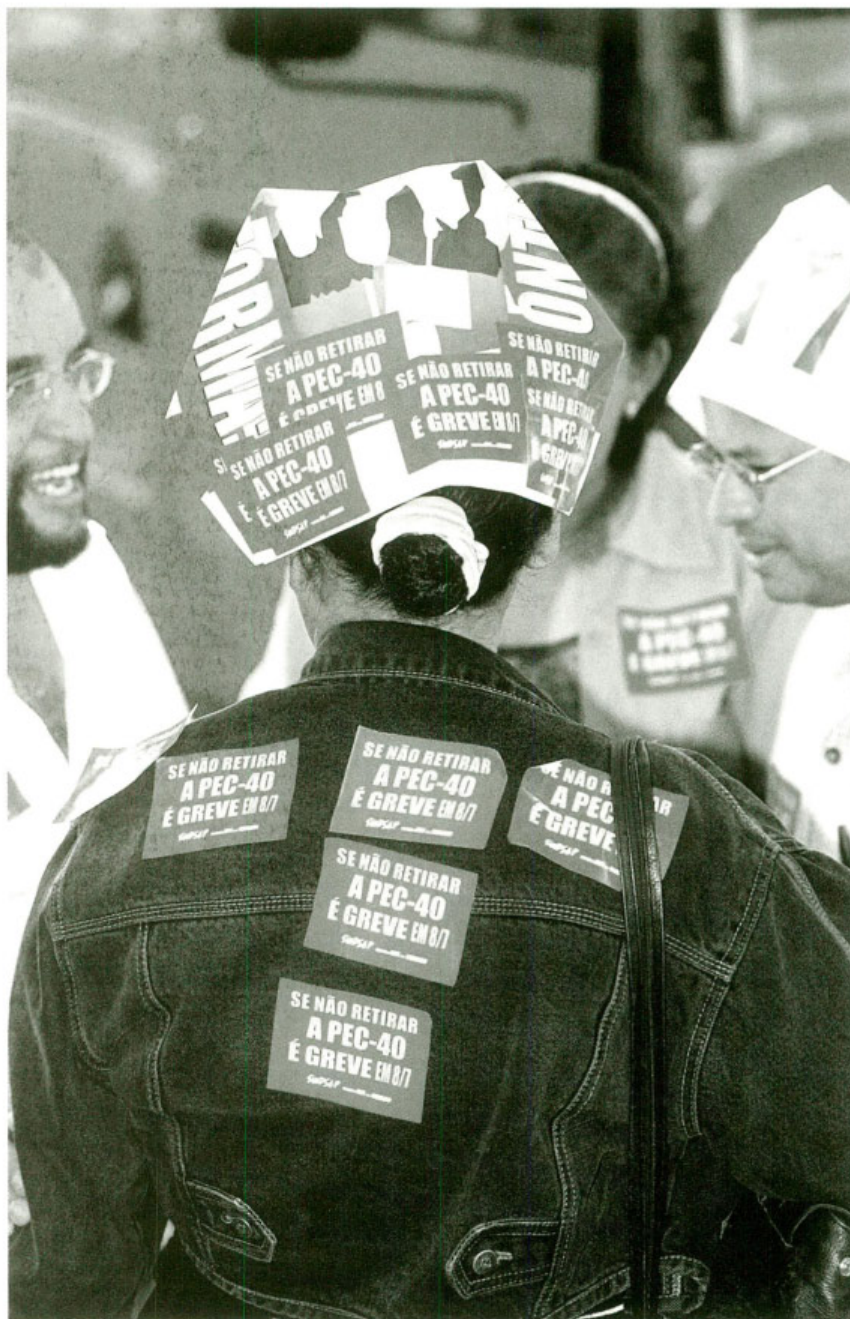
A unidade das centrais pode ser considerada como o primeiro ponto positivo do processo da reforma. Os representantes da classe trabalhadora falam numa só voz na mesa mais ampla de negociações com patrões e governo. O consenso da bancada dos trabalhadores tem assegurado desfecho progressista aos debates, com um significado e importância que extrapolam a definição do

novo modelo de organização sindical. Ele é essencial também para enfrentar as pressões neoliberais do capital quando a reforma trabalhista entrar em pauta, assim como para viabilizar o sucesso da campanha nacional

pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário e da perspectiva de unificação das lutas mais gerais dos trabalhadores.

A proposta garante a exclusividade de representação

Roberto Barroso/ABR



nem poderia ser a tradução de uma única concepção sindical

dos sindicatos. A unicidade na base é mantida, desde que seja aprovado, em assembléia, um estatuto democrático (com regras que coíbem fraudes nas eleições sindicais e fixam limites aos mandatos), e satisfeitos os critérios de representatividade – o sindicato deve representar um percentual mínimo de sócios.

A extensão da representação sindical aos ramos de atividade, abrangendo um conjunto de trabalhadores mais amplo que a categoria profissional predominante na base, vai estimular a fusão e o fortalecimento dos sindicatos. O imposto sindical deve ser extinto num prazo de três anos, sendo substituído pela contribuição negocial, também compulsória e obrigatória. Ela terá de ser aprovada em assembléia e ser descontada (em folha) de todos os trabalhadores, sindicalizados ou não, e não pode ultrapassar 1% do valor da remuneração líquida recebida no ano anterior.

VIÉS LIBERAL

Todavia, ao mesmo tempo em que essa proposta tem avanços, ela apresenta também uma tendência de viés liberal, que pode provocar a divisão no seio dos trabalhadores e abrir caminho à flexibilização das relações trabalhistas. Ela aponta para a prevalência da negociação sobre a Lei, na medida em que institui o árbitro privado; tem pontos que, embora dúbios, podem resultar na vigência do sindicato orgânico e no pluralismo sindical. Isto ocorre tanto no caso das entidades que não atingirem 20% de sócios

A reforma exige amplo debate para evitar a divisão sindical e a flexibilização das leis trabalhistas

quanto para os novos sindicatos a serem criados na nova estrutura, ao qual será vedada a possibilidade da opção pela exclusividade de representação. De outro lado, surgem muitas restrições e regulamentações excessivas quando a proposta aborda o direito de greve e a definição de atividades essenciais.

Esses e outros pontos da proposta do FNT exigem maior vigilância e acompanhamento dos trabalhadores, em especial do movimento sindical classista. Precisam ser debatidos de forma mais exaustiva e profunda. Não podemos aceitar a fragmentação do movimento sindical nem a flexibilização de direitos.

A direção nacional da CUT decidiu realizar plenárias em todos os estados para discutir a proposta em suas bases. Neste processo, as posições classistas têm por critério a luta pelo fortalecimento do sindicalismo e a defesa intransigente dos interesses imediatos e futuros da classe trabalhadora. Fazemos isto analisando a realidade concreta, a correlação de forças, as novas formas de gerenciamento das empresas, o avanço do capital sobre o trabalho, a estagnação econômica e o avanço do capital financeiro.

Lutamos por uma estrutura sindical forte, representativa, unitária, enraizada na base, autônoma e independente frente ao Estado e aos patrões. Não podemos nem pretendemos abrir mão dos nossos princípios. A mudança é necessária, conforme o consenso no interior das centrais, mas deve servir para possibilitar a ampliação dos direitos e da unidade dos trabalhadores e para fortalecer a organização sindical a partir do local de trabalho. Deve estar em harmonia com um novo projeto de desenvolvimento nacional, fundado na soberania e na valorização do trabalho.

Neste sentido, questões fundamentais devem ser definidas previamente e devem constar obrigatoriamente do projeto a ser encaminhado pelo governo ao Congresso Nacional. Destaca-se, em primeiro lugar, a garantia da constituição do Comitê Sindical de Empresa, com estabilidade no emprego. Sem isto, a reforma torna-se inaceitável. É também necessário ratificar a Convenção 158 da OIT e criar mecanismos para garantir aos sindicatos a representação dos trabalhadores sem vínculo empregatício. É fundamental que os trabalhadores permaneçam alertas e acompanhem com atenção a tradução do relatório do FNT em Proposta de Emenda Constitucional (PEC) e, na sequência, a tramitação da PEC no Congresso Nacional.

Pascoal Carneiro é membro da executiva nacional da CUT e representante da central na bancada dos trabalhadores da comissão de sistematização do Fórum Nacional do Trabalho (FNT)

MIGUEL ROSSETTO

Reforma agrária como ação

A prioridade do governo Lula é com uma reforma agrária massiva e de qualidade, que garanta condições de produção e sustentabilidade às famílias assentadas

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem a reforma agrária como uma de suas principais estratégias de desenvolvimento econômico-social para o país e não como uma política meramente compensatória e assistencialista. Prova disso é a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com a finalidade de apoiar a execução de uma reforma agrária massiva e de qualidade, que garanta condições de produção e sustentabilidade às famílias assentadas.

A instalação do GTI proporciona uma maior articulação do governo para assegurar as adequações operacionais, institucionais, administrativas e financeiras necessárias às metas do novo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), lançado no final de 2003. Trata-se do mais ousado plano agrário anunciado para um único mandato e demonstra o compromisso do governo federal para com a reforma agrária. A meta é ofertar terra a 530 mil famílias, além da regularização

Arquivo MST



Neste governo, a reforma agrária não se encerra em si mesma; integra uma estratégia de desenvolvimento

fundiária de outras 500 mil, beneficiando mais de um milhão de famílias, com a geração de mais de dois milhões de novos postos de trabalho no meio rural até 2006.

O GTI é composto pela Secretaria-Geral da Presidência da República; Casa Civil da Presidência; assessoria especial do presidente da república e pelos ministérios do Desenvolvimento

Agrário; da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão. A reforma agrária é uma ação de governo e não faltarão recursos para sua execução.

PLANO OUSADO

O PNRA prevê o assentamento de novas 400 mil famílias. Um aumento de 68% em relação ao primeiro mandato do governo passado, quando foram assentadas 238 mil famílias. O número é também 21,58% maior que a quantidade de famílias assentadas entre 1995/2001 – 328,8 mil –, segundo estudo do Instituto

estruturante

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em conjunto com a Universidade de São Paulo e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e a Alimentação (FAO). Mas, além de realizar grande número de assentamentos, é preciso assegurar que esses se tornem espaços de produção e vida digna.

Outras 130 mil famílias terão acesso à terra por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Trata-se de uma ação complementar à reforma agrária. O programa destina recursos para a compra de áreas inferiores a 15 módulos fiscais e que, por lei, não podem ser desapropriadas. Possibilita também a compra de propriedades com mais de 15 módulos, que sejam produtivas e cujos proprietários queiram vender. Por meio de financiamento com juros reduzidos e fixos, o crédito fundiário beneficiará trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.

O programa é subdividido em três linhas de crédito destinadas a trabalhadores rurais mais pobres, em especial do Semi-Árido Nordeste, a jovens rurais e a agricultores familiares que desejam ampliar sua propriedade e produção. Ao atender jovens rurais, o programa contribuirá significativamente para solucionar a sucessão hereditária da terra e combater o êxodo rural. A linha Nossa Primeira Terra vai atender à demanda de jovens rurais sem terra ou filhos de agricultores familiares, na faixa de 18 a 24

anos, que desejam permanecer no meio rural e investir em uma propriedade. Nos próximos três anos, deverão ser beneficiados 32 mil jovens e aplicados R\$ 520 milhões.

No Brasil, há milhares de jovens que sonham em construir o seu futuro no meio rural, mas a falta de oportunidades tem provocado a migração da juventude para as cidades. O ponto máximo dessa migração ocorre entre 20 e 24 anos para os homens e entre 15 e 19 anos para as mulheres. Esse êxodo é responsável pelo envelhecimento progressivo da população rural e causa problemas sucessórios. O crédito fundiário para jovens será implantado inicialmente nos três estados do Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e,

posteriormente, será ampliado para todo o país. Os interessados deverão se organizar em associações legalmente constituídas e ter cinco anos de experiência no meio rural. A formação em escola agrotécnica ou aprendizagem profissional na propriedade dos pais também conta como experiência.

COMBATE À GRILAGEM

Outra ação prioritária do PNRA é garantir a paz no campo, com o combate à grilagem de terras. O PNRA fará a regularização fundiária de outras 500 mil famílias até o final de 2006, concedendo a elas o título definitivo da terra, além do reassentamento de famílias que ocupam áreas indígenas e a demarcação e titulação de áreas de comunidades quilombolas. Assim, o governo busca atender com uma forte política agrária todos os segmentos que compõem o nosso imenso mundo rural, com sua rica diversidade.

Para isso será realizado o cadastramento georreferenciado do território nacional. O objetivo é criar uma estabilidade jurídica da estrutura fundiária brasileira, capaz de superar um conjunto de conflitos, fruto de ocupações irregulares como a grilagem. É preciso saber qual o verdadeiro mapa fundiário do país. O programa contribuirá na identificação de áreas que o Sistema Nacional de Cadastro dos Imóveis Rurais desconhece atualmente. O cadastramento também será um instrumento tranquilizador para os investidores que acabam, muitas vezes, adquirindo terras sem titulação regular. Dos 800 milhões de hectares que compõem o território brasileiro, não há informações sobre a situação de

Ana Nascimento/ABR



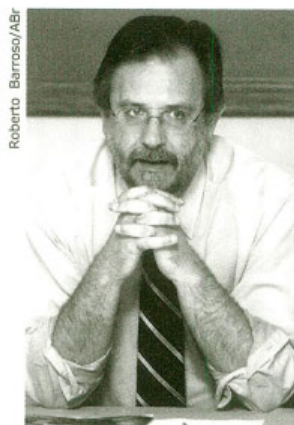
cerca de 200 milhões.

São metas ousadas e se justificam pelo enorme potencial econômico da produção familiar, bem como por sua dimensão social, cultural e ambiental. O setor é fundamental na transição para um modelo de produção sustentável. Ao passo que produz alimentos saudáveis, conserva a biodiversidade e os recursos naturais. A agricultura familiar também responde melhor a critérios sociais como a geração de emprego e renda a um custo inferior ao da geração de empregos urbanos, além de evitar o êxodo rural e o aumento da miséria nas grandes cidades.

O Brasil possui mais de 4,1 milhões de estabelecimentos familiares ou o equivalente a 84% dos imóveis rurais do país. De cada dez trabalhadores do campo, cerca de oito estão ocupados em atividades familiares. Cerca de 40% do Valor Bruto da Produção Agropecuária do Brasil vêm da agricultura familiar. A atividade responde por parte significativa dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. São quase 70% do feijão, 84% da mandioca, 58% da produção de suínos, 54% da bovinocultura de leite, 49% do milho, 40% de aves e ovos e 31% do arroz.

INSERÇÃO DOS ASSENTADOS

Apoiar e compreender a diversidade do grande mundo rural brasileiro é essencial para o desenvolvimento de nossa nação. Nessa direção, o governo não irá repetir um modelo de reforma agrária centrado no abandono e isolamento dos assentamentos, mas sim em modelos de reforma agrária que dialoguem com as diversidades e potencialidades de cada região do país. O objetivo é a inserção das famílias assentadas



Roberto Barroso/ABR

Miguel Rossetto

A meta é ofertar terra a 530 mil famílias, além da regularização fundiária de outras 500 mil, gerando mais de dois milhões de postos de trabalho no meio rural

num contexto de sustentabilidade sócio-econômica e desenvolvimento territorial.

Com o estímulo à integração regional dos assentamentos numa estratégia comum de produção e comercialização, as famílias assentadas terão maior capacidade produtiva e força de inserção no mercado. Isso prevê estudos de mercado e apoio logístico para definir as melhores culturas, bem como o modelo tecnológico capaz de garantir maior valor agregado à produção dos assentamentos em cada região.

Em parcerias com estados e municípios, serão implantadas estruturas de assistência técnica, crédito, comercialização e beneficiamento da produção das famílias assentadas. O acesso à terra é apenas o primeiro passo. O governo trabalha para assegurar

melhorias na infra-estrutura dos assentamentos, como energia elétrica, saneamento básico, estradas para o escoamento da produção, bem como uma maior presença de políticas públicas em áreas como educação, saúde, lazer e cultura. Esperamos assim reverter um padrão histórico de abandono e exclusão dos assentamentos da reforma agrária.

Trata-se de uma ação estruturante. A reforma agrária gera emprego, renda, contribui para o correto manejo dos recursos naturais e combate o aumento da miséria e da fome. O programa de segurança alimentar do governo federal, o Fome Zero, deverá beneficiar 44 milhões de pessoas com uma renda mínima para a compra de alimentos nos próximos quatro anos. A nossa expectativa é que a agricultura familiar e os assentamentos da reforma agrária atendam ao aumento da demanda por alimentos estimulado pelo programa, principalmente em relação às culturas que compõem a cesta básica, como arroz, feijão, milho, mandioca e trigo.

Relaciono tudo isso para mostrar que este governo tem uma visão ampla de desenvolvimento, tem perfeita consciência da necessidade de integrar ações para chegar ao grande objetivo de realizar as mudanças de que o país precisa. E vamos trabalhar pela inclusão social e aumentar a oferta de alimentos, trabalho e renda para todos os brasileiros. A reforma agrária, neste governo, não se encerra em si. Integra uma estratégia de desenvolvimento sustentável que busca melhorar a vida do nosso povo no campo e nas cidades.

Miguel Rossetto é ministro do Desenvolvimento Agrário do governo Lula e foi membro da executiva nacional da CUT

Duas décadas perdidas



Ana Nascimento/ABR

Entre 1930 e 1980, o Brasil registrou um dos maiores crescimentos econômicos da história do capitalismo no século XX, com taxas anuais médias de cerca de 7%. Trata-se de meio século de prosperidade, no qual o país construiu um parque industrial diversificado, vertical e integrado, com implantação de praticamente todos os ramos da segunda revolução industrial; um setor de serviços moderno e avançado tecnologicamente; e uma agricultura desenvolvida nas médias e grandes propriedades, que responde aos requisitos de tecnologia e produtividade semelhantes aos países centrais.

A estagnação econômica dos últimos anos é estranha à nossa história moderna; decorre da subordinação do Brasil aos países centrais e à política submissa e predatória das elites dominantes locais

EDMILSON COSTA

Estas modificações transformaram profundamente a estrutura sócio-econômica do país. O Brasil passou da condição de nação agrária para nação industrial e transformou-se num país urbano, bastando dizer que em 1930 mais de 70% da população vivia no campo, enquanto em 1980 invertia-se essa variável, registrando-se uma taxa de mais de 70% da população residindo nas cidades, o que significa uma mobilidade demográfica extraordinária realizada em tão pouco tempo. Em outras palavras, o Brasil cumpriu em meio século tarefas que outras nações levaram séculos para implementá-las.

Entre 1930/80, o Brasil registrou um dos maiores crescimentos econômicos da

Vale ressaltar, entretanto, que este crescimento foi realizado de maneira excludente, tendo em vista que a maioria da população não pode usufruir os frutos do progresso. Apesar da direção industrializante implementada pelos sucessivos governos a partir de 1930 (à exceção do período Dutra), não se resolveu satisfatoriamente nenhum dos três problemas estruturais da sociedade brasileira, como a questão agrária, a questão da renda e a questão regional.

Além disso, a industrialização brasileira desenvolveu-se com um calcanhar de Aquiles exposto, pois ao não resolver socialmente as tarefas da industrialização deixou o capitalismo brasileiro com algumas chagas típicas da República Velha, como o latifúndio, milhões de excluídos e um descompasso flagrante entre as regiões. Para se ter uma idéia, basta dizer que apenas 2,8% dos grandes proprietários possuem mais de 50% das terras cadastradas do país; os 10% mais ricos controlam cerca de 48% da renda nacional, sendo que o segmento representado pelo 1% mais rico tem renda maior que os 50% mais pobres. No que se refere ao desenvolvimento regional, algumas regiões se assemelham as áreas mais pobres da África.

Mesmo com esses problemas sociais graves, o balanço global da economia brasileira neste meio século é positivo, uma vez que poucas nações da periferia capitalista conseguiram romper o cerco do atraso e transformar-se numa nação industrial. A maioria dos países do mundo continua com os mesmos estatutos do

século XIX: exportadores de matérias-primas e importadores de bens manufaturados, ao contrário do Brasil, que tem nos produtos manufaturados a maioria de suas exportações.

ECONOMIA DESORGANIZADA

Esse desempenho extraordinário, porém, foi interrompido de maneira abrupta a partir de 1981, quando a política econômica brasileira passou a subordinar-se às regras do Fundo Monetário Internacional, cujo resultado foi a desorganização da economia, a estagnação econômica, o estrangulamento das finanças públicas, o desemprego, uma transferência de recursos para o exterior dignas dos tempos de Cortez e Pizarro e a ampliação da pobreza entre as várias camadas da população. Por que uma economia que crescia a taxas tão dinâmicas como a brasileira mudou bruscamente o seu desempenho? Que fatores nacionais e internacionais impuseram uma mudança de rumo tão radical?

Com uma economia dependente e uma burguesia sem projeto nacional, a análise da crise brasileira deve ser feita no

contexto da conjuntura internacional, especialmente a partir da eleição de Reagan e Thatcher, quando ocorreu uma mudança de fundo no bloco de forças da classe dominante dos países centrais e os setores ligados à órbita financeira passaram a hegemonizar a política e economia mundial. A partir desse período, esses setores impuseram à periferia a ortodoxia monetarista, sob rigoroso controle do FMI e do Banco Mundial, além do rentismo como forma particular de acumulação.

Mesmo não tendo formalmente assinado um acordo com o FMI, o então ministro Delfim Neto implementou as novas diretrizes econômicas do Fundo a partir de 1981. Desvalorizou a moeda e direcionou a economia para a exportação, de forma a gerar saldos comerciais com os quais deveria pagar a dívida externa; ampliou o arrocho salarial por decreto; cortou os gastos e investimentos públicos, entre outras medidas ortodoxas, de forma a ajustar a economia aos novos tempos. O resultado desse ajuste foi a desorganização da economia brasileira e uma brutal recessão nos anos 81, 82 e 83, no qual o crescimento médio do período foi negativo pela primeira vez em nossa história econômica moderna.

As medidas do início dos anos 80 podem ser consideradas o primeiro ensaio para a aplicação das políticas neoliberais dos anos 90, mas é importante ressaltar que o regime ditatorial não desregulamentou a economia, nem privatizou as empresas públicas, até porque não tinha mais condições políticas de tomar

Não se justificam os argumentos de que a estagnação brasileira foi uma fatalidade, fruto da globalização

história do capitalismo no século XX, com taxas anuais médias de cerca de 7%

uma iniciativa desse porte. O governo da chamada Nova República assume num ambiente em que a população clamava por mudanças. De início lança um plano heterodoxo, que busca o desenvolvimento com distribuição de renda, rompendo a lógica anterior, mas um ano e meio depois o plano fracassa e o governo retoma as políticas ortodoxas, em meio à crise econômica, inflação acelerada e aumento da dívida pública.

O resultado do período (1981/89) demonstra claramente a lógica da desorganização da economia e da mudança de rumo da dinâmica econômica. A recessão, o confisco salarial, o corte dos gastos e investimentos públicos, feitos para atender o grande capital internacional, produziram resultado econômico medíocre: o país cresceu a uma taxa anual média de pouco mais de 2% ao ano, invertendo completamente a trajetória anterior. O Brasil regrediu no processo de inserção internacional, tornou obsoletos vários ramos da economia, estreitou o mercado interno e ampliou a barbárie social.

CONSENSO DE WASHINGTON

Já a crise dos anos 90, apesar de estar inserida no ciclo de estagnação da economia iniciado no início dos anos 80, marca uma mudança de qualidade na política econômica e no relacionamento entre o capital internacional, a burguesia associada brasileira e o Estado. A partir de 1989 o grande capital reorganiza-se internacionalmente através do

Só mesmo a intensa manipulação da mídia foi capaz de manter o mito do Plano Real por tanto tempo

Consenso de Washington e traça uma estratégia para impor o receituário neoliberal aos países periféricos que ainda não o tinham implementado completamente, como o Brasil. Para estas nações, a palavra de ordem agora era a desregulamentação das economias, o fim das restrições ao capital estrangeiro e à mobilidade dos capitais, a privatização das empresas públicas, a redução do papel do Estado, o ajuste fiscal, a liberalização financeira e a flexibilização do mercado de trabalho. O grande capital realizou grande esforço político para que esses países viabilizassem as chamadas reformas.

No Brasil, as condições foram dadas com a derrota de Lula e a eleição de Collor para a presidência da República. Tão logo assumiu, Collor cuidou de implementar o novo projeto: iniciou a abertura da economia ao exterior, com a redução das tarifas alfandegárias, começou a desregulamentação da economia, a privatização das empresas públicas, o desmantelamento do Estado, a demissão em massa e o arrocho salarial dos funcionários públicos, além da ofensiva contra direitos e garantias dos trabalhadores em geral. Collor não conseguiu realizar

completamente seu programa neoliberal porque se envolveu na corrupção e foi destituído do poder, após memorável movimento de massas exigindo sua saída.

No governo Itamar, houve uma recomposição de forças do grande capital em torno de FHC. Da mesma forma que nos países centrais, o bloco de forças mais ligado à órbita financeira articulou um projeto que reunificou a burguesia associada, disciplinou eventuais setores prejudicados com a nova política e passou a hegemonizar as relações econômicas no Brasil. Esse projeto foi expresso por meio do Plano Real, uma engenharia econômica-financeira que conseguiu domar a inflação e tornou artificialmente a moeda nacional tão forte quanto o dólar. No bojo do Plano Real e com o apoio maciço da mídia, o governo reformou a Constituição para favorecer o grande capital internacional, aprofundou a abertura econômica ao exterior, desregulamentou a economia, privatizou setores inteiros da economia nacional, realizou o ajuste fiscal, impôs a disciplina financeira aos Estados e Municípios e ampliou a ofensiva contra direitos e garantias dos trabalhadores.

Apesar das bases frágeis, o Plano Real gozou de grande popularidade, não só estimulada pela mídia, mas também por ter domado a inflação e sobrevalorizado a moeda, fato que possibilitou a entrada massiva de produtos estrangeiros no Brasil. Para uma população que viveu várias décadas com reserva de mercado para os produtos nacio-

O desempenho extraordinário foi interrompido de maneira abrupta a partir de

nais, poder comprar produtos do exterior a preços semelhantes ao nacional era uma festa. Só muito depois é que a população perceberia o engodo do Real, mas aí o plano já tinha feito o estrago na economia e deixado no seu rastro uma herança dramática.

Observando-se objetivamente os resultados do Plano Real, à exceção da inflação, pode-se ver claramente que ele foi um fracasso em termos econômicos, pois

aprofundou negativamente todos os indicadores da economia. Se analisarmos o principal agregado da economia, o Produto Interno Bruto, constata-se que nos oito anos do Plano a economia cresceu a uma taxa média anual de apenas de 2,6%; a balança comercial regrediu de um saldo positivo de US\$ 10 bilhões em 1994 para déficits comerciais até o ano 2000, só melhorando a posição a partir de 2001, após a

desvalorização da moeda e o fracasso do Real. A dívida pública brasileira que era de cerca R\$ 153 bilhões em 1994, fechou 2002 com R\$ 881 bilhões. O desemprego na Grande São Paulo cresceu de 13,5% em 1995 para 20% no mesmo período. Só mesmo a intensa manipulação da mídia foi capaz de manter o mito do Real por tantos anos e impedir que a população percebesse os reais problemas da economia.

PIB REAL, PIB POTENCIAL, RENDA PER CAPITA E POPULAÇÃO 1980-2002

Ano	PIB a preços de 2002	Variação real	Crescimento acumulado 1980=100	Crescimento acumulado com 7% ao ano 1980=100	PIB potencial com 7% anual	PIB per capita a preços de 2002	Variação real	População em milhões	PIB per capita potencial
1980	845 387	-	100	100	845387	7 130	7	118,6	7128
1981	809 458	-4,3	95,7	107	904564	6 678	-6,3	121,2	7463
1982	816 176	0,8	96,47	114,49	967884	6 588	-1,3	123,9	7812
1983	792 262	-2,9	93,67	122,5	1035635	6 259	-5	126,6	8180
1984	835 045	5,4	98,73	131,08	1108130	6 460	3,2	129,3	8570
1985	900 587	7,8	106,43	140,26	1185699	6 824	5,6	132	8983
1986	968 041	7,5	114,41	150,07	1268698	7 189	5,4	134,7	9419
1987	1 002 213	3,5	118,41	160,58	1357507	7 301	1,6	137,3	9887
1988	1 001 612	-0,1	118,29	171,82	1452532	7 164	-1,9	139,8	10390
1989	1 033 263	3,2	122,08	183,85	1554210	7 261	1,4	142,3	10922
1990	988 316	-4,3	116,83	196,72	1663004	6 696	-7,8	147,6	11267
1991	998 495	1	118	210,49	1779414	6 660	-0,5	149,9	11871
1992	993 068	-0,5	117,41	225,22	1903973	6 524	-2	152,2	12510
1993	1 041 974	4,9	123,16	240,98	2037252	6 744	3,4	154,5	13186
1994	1 102 960	5,9	130,43	257,85	2179859	7 035	4,3	156,8	13902
1995	1 149 546	4,2	135,91	275,9	2332449	7 229	2,8	159	4669
1996	1 180 108	2,7	139,58	295,22	2495721	7 319	1,2	161,2	15482
1997	1 218 714	3,3	144,18	315,88	2670421	7 455	1,9	163,5	16333
1998	1 220 322	0,1	144,33	337,99	2857351	7 365	-1,2	165,7	17244
1999	1 229 907	0,8	145,48	361,65	3057365	7 325	-0,5	167,9	18209
2000	1 283 539	4,4	151,88	386,97	3271381	7 544	3	170,1	19232
2001	1 301 705	1,4	154,01	414,06	3500378	7 551	0,1	172,4	20304
2002	1 321 490	1,5	156,32	443,04	3745404	7 567	0,2	174,6	21451

Fonte: Banco Central. Projeções do autor

1981, quando a economia brasileira passou a subordinar-se às regras do FMI

PERDAS ESTRATÉGICAS

Como podemos observar, o país viveu um *Kondratiev* inteiro de prosperidade econômica, com taxas de crescimento médias anuais de cerca de 7% ao longo de 50 anos. Portanto, a crise e a estagnação verificadas nas décadas de 80 e 90 são estranhas à nossa histórica econômica moderna e só podem ter ocorrido em função de circunstâncias especiais, que envolveram com um torniquete a economia nacional, produzindo nestas duas últimas décadas um retrocesso que vem comprometendo o futuro da nação e das novas gerações. A origem desta estagnação tão longa está ligada essencialmente à subordinação do Brasil aos países centrais e à política submissa e predatória das elites dominantes locais.

Para entendermos o quanto perdemos nestes 20 anos, é necessário lembrarmos que foi exatamente nesse período que desenvolveu-se e consolidou-se a globalização. Enquanto os países centrais reestruturavam em novas bases técnicas as suas economias, a partir da microeletrônica, tecnologia das informações, engenharia genética, biotecnologia, novos materiais, etc., o Brasil ficou praticamente parado no tempo, sem condições de internalizar as novas tecnologias. Entre 1981 e 2002, o Brasil cresceu a uma taxa média de apenas 2,05%, conforme mostra a *tabela*. Chega inclusive ser surpreendente que o país ainda tenha condições de competir em alguns setores com as nações centrais, depois de tanta ação predatória.

Para tentar quantificar as

perdas nestas mais de duas décadas, realizamos um exercício de simulação matemática (*Ano de 1980, base 100*), comumente usado nas projeções e análises econômicas. Levando em conta o crescimento de 7% ao ano de nossa economia no passado, poderemos constatar, pelos dados que desenvolvemos, a extensão da tragédia econômica. A tabela indica que, se a economia tivesse crescido a 7% (como no passado) entre 1981 e 2002, teríamos tido um crescimento acumulado de 343% no período. Agora, verificando a mesma tabela, podemos observar que o país cresceu efetivamente apenas 56,5% no período, portanto uma performance muito inferior à dinâmica anterior da economia brasileira.

Continuando o nosso exercício de simulação, poderemos aplicar esse resultado, em termos monetários, ao PIB, que é o indicador que mede o conjunto da riqueza produzida pelo país. Conforme a citada tabela, a preços de 2002, o PIB brasileiro alcançou em 2002 R\$ 1.321.490 (um trilhão, 321 bilhões e 490 mil). Se aplicarmos a este número o diferencial entre o que o Brasil cresceu (56,5%) e o que deveria ter crescido (343%) chegaremos à conclusão de que o nosso PIB em 2002 deveria ser de R\$ 3.754.404 (três trilhões, 745 bilhões e 404 mil), conforme se pode observar na tabela. Estaríamos assim, com um PIB semelhante ao da Itália e não teríamos caído da posição de oitava economia do mundo para a décima no período. Além disso, estaríamos com uma renda *per capita* cerca de três vezes maior que a atual.

Os eternos conformistas podem argumentar que o mundo viveu uma série de problemas nas duas últimas décadas e que o Brasil não ficaria incólume a esta conjuntura. Estes argumentos não procedem porque o crescimento brasileiro de 1930/80 ocorreu em meio a turbulências econômicas e políticas bem mais graves que as das duas últimas décadas. Basta lembrar da crise de 1930, a Segunda Guerra Mundial, a crise do petróleo de 1973/74 e a recessão de 1974/75, a maior desde 1930. Mesmo com todos esses problemas, teimosamente a nossa economia cresceu a taxas médias de cerca de 7% ao ano. Portanto, não se justificam os argumentos de que a estagnação e a regressão social dos anos 80 e 90 eram uma fatalidade.

A performance econômica das décadas de 80 e 90, fruto da imposição do capital financeiro internacional e da submissão das elites locais, significa para o Brasil a estagnação econômica e a regressão social, com enorme prejuízo ao país, aos trabalhadores e à população em geral, hipotecando o futuro de várias gerações. Caso a sociedade não encontre forças para colocar o país no rumo do desenvolvimento e da inclusão social, o que poderá se verificar no final desta década é o enfraquecimento relativo da economia brasileira e o aumento da barbárie social.

Edmilson Costa é doutor em economia e pós-doutorado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas pela Unicamp/SP. É autor de *A política salarial no Brasil* (Boitempo), *Um Projeto para o Brasil* (Tecnocientífica) e *Imperialismo* (Global)

Um modelo sindical de inspiração partidária

O Fórum Nacional do Trabalho, em seus documentos e relatórios, informa que as mudanças no mundo do trabalho serão realizadas em duas etapas. A primeira, sobre a reforma sindical, deverá ser feita ainda neste ano; o governo federal enviará propostas para serem examinadas e votadas no Congresso Nacional. Já a segunda, dispondo sobre a reforma trabalhista, seria feita em 2005.

Neste texto vamos tratar apenas da reforma sindical, que se encontra em fase de conclusão – o relatório final já foi apresentado e agora será transformado em propostas de medidas legais –, fazendo um paralelo com a organização e a estrutura dos partidos políticos brasileiros.

PRESSUPOSTO DO MODELO

O modelo de organização sindical, adotado no âmbito do Fórum Nacional do Trabalho (FNT), tem como pressupostos: a) a representatividade, com reconhecimento de entidades sindicais por derivação ou por comprovação; b) a organização por ramo ou setor de atividade econômica; c) a prevalência ou hegemonia das centrais sindicais; d) a representação sindical nos locais de trabalho; e) a contribuição voluntária.

ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ



A nova estrutura sindical tem por base o critério da representatividade

A nova estrutura sindical proposta, que tem por base o critério da representatividade, deve ter sido inspirada no desenho dos partidos políticos. As entidades sindicais, segundo esse modelo, só terão “funcionamento sindical”, tal como os partidos só terão “funcionamento partidário”, se atingirem determinados requisitos previstos em lei.

CLÁUSULA DE BARREIRA

Quem não cumprir os requisitos da legislação não terá “funcionamento”, o que significa, no caso dos partidos políticos, a perda do horário eleitoral gratuito, do fundo partidário e de liderança no Congresso Nacional; e, no caso das entidades sindicais, a perda das prerrogativas

sindicais, entre as quais o direito de negociação coletiva, de receber recursos da contribuição negocial e de ingressar em juízo como substituto processual do ramo ou atividade econômica.

O índice de sindicalização exigido corresponde, no caso partidário, ao quociente eleitoral, enquanto a exigência de presença em determinado número de setores e ramos, com percentual mínimo de associados, guarda semelhança com a cláusula de barreira dos partidos, cuja superação requer 5% do eleitorado nacional, com mínimo 2% em pelo menos nove Estados.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Até nas fontes de financiamento há coincidência. Ambos terão contribuição associativa, paga só pelos filiados, e recursos arrecadados de todos os trabalhadores e eleitores, mas condicionado ao desempenho, no caso das entidades sindicais, nas negociações coletivas, e, no caso dos partidos, ao número de votos obtidos na eleição de deputado federal.

As semelhanças com o modelo partidário, como se vê, são muitas. Ao identificar e apontar tais coincidências, não tivemos outro propósito senão o de permitir um parâmetro para a análise da nova estrutura, cujo exame, por ser novo, estava desprovido de referências internas. Portanto, nisso não vai nenhuma ilação ou intenção oculta.

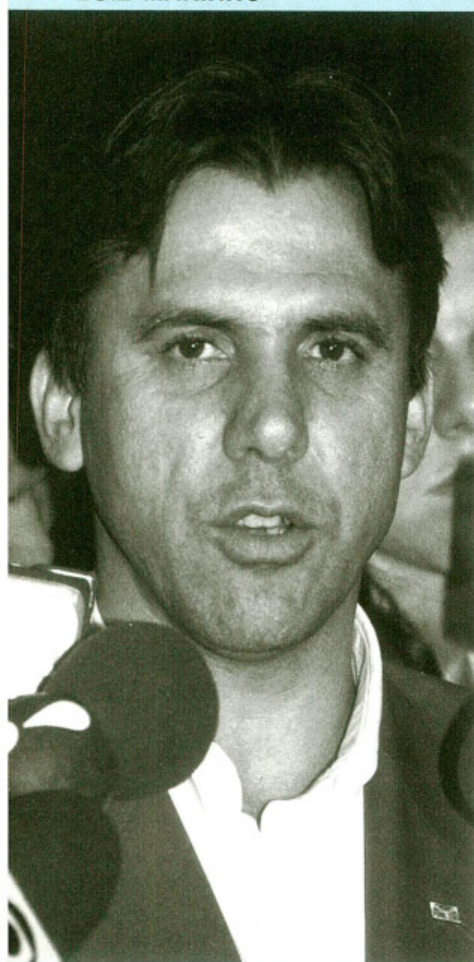
Antônio Augusto de Queiroz é jornalista, analista político e diretor de documentação do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar)



O sindicalismo diante dos impasses do governo Lula

Passado mais de um terço do seu mandato, o governo Lula esbarra em dificuldades para gerar empregos, recuperar salários e investir nas áreas sociais – entre outras promessas de mudanças que criaram enormes expectativas no povo brasileiro. Mesmo as iniciativas positivas, que o diferenciam

da gestão neoliberal da era FHC, são ofuscadas pelo continuísmo da política macro-econômica. Diante deste quadro complexo, qual deve ser a postura do sindicalismo brasileiro? Como se relacionar com um governo nascido das lutas sindicais e populares, mas que se defronta com graves impasses?



Victor Soares/ABR

Momento exige ações firmes do sindicalismo para forçar o governo Lula a mudar a lógica econômica, atrelando o crescimento com a geração de emprego e renda no país

Luiz Marinho é presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Endereço eletrônico: marinho@cut.org.br

Avanço na democracia, mas no

O ano de 2003 terá sido, certamente, o primeiro de uma nova era para o país e para o movimento sindical brasileiro. Ao dar um apoio decisivo à eleição do presidente Lula, o sindicalismo brasileiro, em especial a CUT, assumiu novos desafios diante dos trabalhadores e do país. A eleição de Lula e a abertura de espaços de participação nos fóruns oficiais representaram, sem dúvida alguma, um avanço na democracia.

Para nós, da Central Única dos Trabalhadores, um fato altamente positivo para o sindicalismo neste primeiro ano de governo Lula é que a velha bandeira de luta que originou a criação da CUT – a liberdade sindical – está deixando de ser apenas uma reivindicação para se transformar em realidade. A constituição do Fórum Nacional do Trabalho (FNT) e o estabelecimento de uma agenda que priorizou o debate da reforma sindical são provas deste avanço.

Aliás, é preciso registrar que a priorização da reforma sindical foi uma proposta que a nossa central elaborou e que foi incorporada ao programa de governo de Lula durante a campanha eleitoral. Agora, a perspectiva é a de que, ainda neste semestre, o projeto de lei seja votado no Congresso Nacional. Os debates no FNT estão adiantados e a CUT tem conseguido garantir importantes propostas que certamente vão representar um salto de qualidade na organização dos trabalhadores e nas relações de trabalho no país.

Entre as propostas, merece destaque a que acaba com a farra sindical, ou seja, com as entidades de fachada, que existem aos milhares no país só para literalmente extorquir o dinheiro dos trabalhadores. A partir do que

está sendo debatido, além de deixar por conta dos trabalhadores a definição de como se dará a sustentação financeira de suas entidades, os sindicatos deverão ter uma representação real, garantida através de percentual de sindicalização e, o mais importante, organizados a partir do local de trabalho, através de comitês sindicais de empresa.

A reforma sindical vai também concretizar um sonho que carregamos há mais de 20 anos: o do reconhecimento das centrais sindicais no país. E as propostas que estão sendo sistematizadas no FNT delegam às centrais a definição de como elas querem aglutinar suas bases, com critérios que estabelecem a representação por Estados e regiões do Brasil e ramos e/ou setores de organização.

Mas, se a reforma sindical está representando um avanço nestes meses que sucederam a posse de Lula, é preciso reconhecer que os trabalhadores e o movimento sindical não conseguiram vencer algumas disputas na definição de políticas governamentais. A Reforma na Previdência foi uma delas.

E até agora não conseguimos também fazer com que o Executivo adote medidas para a mais urgente demanda social brasileira, a geração de emprego e renda. É claro que sabíamos que, num primeiro momento, o governo estaria tentando acomodar as diversas forças políticas agrupadas em torno da candidatura Lula e que, para isso, teria que fazer algumas concessões.

No entanto, em função disso as políticas adotadas na área econômica não tiveram o arrojo necessário. A ainda elevada taxa

emprego e renda...

de juros reais – ainda que a mais baixa dos últimos 10 anos – e o compromisso fiscal assumido pelo governo junto ao FMI são empecilhos à expansão do Produto Interno Bruto nos patamares projetados (3,5% a 4%). E, mesmo que haja este crescimento, ele será insuficiente para a absorção de um grande contingente de desempregados e daqueles que estão ingressando no mercado de trabalho.

Diante disso, o momento está pedindo muita responsabilidade e ações firmes do movimento sindical, especialmente neste início do segundo ano de mandato de Lula, para forçar o governo a mudar a lógica com a qual vem conduzindo a economia do país e adotar medidas que atrelem o crescimento econômico ao desenvolvimento social.

A PROPOSTA DA CUT

A CUT já está se movimentando nesse sentido e, em sua agenda para 2004, definiu que vai lutar pelas duas maiores necessidades do país: emprego e recuperação da renda. Estas são as principais bandeiras que a central empunhará ao longo de todo o ano e especialmente no Dia do Trabalhador, 1º de Maio, marcada por um gigantesco ato em São Paulo e com grandes manifestações de norte a sul do Brasil. Queremos transformar este 1º de Maio numa demonstração pública das propostas que estamos formulando para que soluções sejam adotadas em curtíssimo prazo, fazendo com que o país saia do atoleiro social e assuma efetivamente o caminho do desenvolvimento.

Não se trata aqui apenas de requestrar velhas reivindicações,

mas de apresentar alternativas concretas para que milhões de trabalhadores e suas famílias possam recuperar a sua cidadania. Assim, para nós da CUT, duas ações devem ser adotadas imediatamente. A primeira delas é a implantação das frentes urbanas de trabalho, em cidades com mais de 200 mil habitantes, onde não só o desemprego é mais sentido, mas também onde há toda a sorte de problemas urbanos. Com elas, os governos federal, estaduais e municipais poderão fazer intervenções em diversas áreas de competência do poder público e gerar um milhão de empregos. Experiências nesse sentido já foram adotadas com sucesso em vários municípios e podem ser um dos pilares das ações sociais prometidas pelo presidente Lula, como obras de saneamento, habitações populares e infra-estrutura urbana.

Junto com as frentes urbanas de trabalho, a nossa central sindical vai investir na luta pela recuperação do poder de compra dos rendimentos dos trabalhadores, especialmente daqueles que ganham salário mínimo. Assim, mais do que nunca a CUT está reivindicando o estabelecimento de uma política de aumentos reais para dobrar o poder de compra do salário mínimo e resgatar o seu papel na distribuição de renda. Concedendo um reajuste significativo, o governo começará a fazer justiça com os milhões de pessoas que sobrevivem com o mínimo (ou que até agora estão tentando sobreviver).

Para a CUT também ganham importância neste ano as campanhas salariais no setor privado, porque em 2003 boa parte das categorias não conseguiu repor integralmente os seus salários e isto contribuiu para a redução da renda do

trabalhador e a retração no consumo. Por isso, cabe aqui chamar a responsabilidade social dos empresários e a atenção dos trabalhadores e seus sindicatos em ações de mobilização, para garantir não só a reposição salarial integral, mas também aumento real.

Da mesma forma, o setor público merecerá toda a nossa atenção. Estamos defendendo, como mecanismo de fortalecimento do Estado, de agilidade da máquina administrativa e de geração de empregos, a realização de concurso público para o preenchimento de 41 mil vagas no governo federal e que Estados e municípios também procurem esta via para o preenchimento de vagas nos serviços públicos de sua competência. E vamos dar todo o nosso apoio à campanha salarial do funcionalismo. Estamos, inclusive, agendando reunião com o presidente Lula para negociar uma política de recuperação salarial e um plano de carreira para os servidores.

Tais medidas se justificam por si só, porque o país não pode mais continuar esperando. Por isso, reiteramos que a forma como o desenvolvimento econômico se dará é uma decisão essencialmente política, e, em nossa opinião, deve conter metas claras de desenvolvimento industrial e agrário – que alie estímulos à produção com benefícios sociais. Assim, o papel da CUT e do movimento sindical é pressionar o Poder Executivo, com ações de mobilização e com propostas para que emprego, salários e justiça social deixem de ser somente velhas bandeiras de luta dos trabalhadores e da população e efetivamente sejam os pilares de sustentação da construção da dignidade do Brasil.



**Outro fator
que conspira
contra as
mudanças é a
teimosia de
setores do
governo em
manter uma
política
econômica
conservadora,
de viés liberal**

O sindicalismo classista diante do

Chegou a hora de lutar por um novo projeto de desenvolvimento nacional. O povo brasileiro demonstrou notável amadurecimento político e obteve uma vitória histórica ao eleger o presidente Lula em 2002, num processo que teve o apoio e a participação decisiva do movimento sindical, especialmente da CUT e da CSC. Abriu-se em nosso país um novo cenário político, caracterizado pela alteração na correlação de forças em benefício dos partidos progressistas e do movimento social. Não há dúvidas de que hoje vivemos um ambiente bem mais democrático, o que favorece a participação popular na definição dos rumos nacionais.

Ao mesmo tempo, os problemas sociais se agravaram e se agigantaram os desafios e as responsabilidades do movimento sindical. Defrontamo-nos com um nível intolerável de desemprego, fenômeno que se associa à degradação social do povo brasileiro e ao avanço avassalador da violência. Presenciamos também a queda da renda *per capita*, o recuo da economia para a 15ª posição no *ranking* mundial em 2003, arrocho dos salários e a crescente precarização do trabalho, no qual mais de 50% dos empregos não têm registro em carteira.

Há duas razões básicas para esta situação deplorável. Em primeiro lugar, não se pode esquecer a herança maldita do neoliberalismo, imposto nos anos 90 pelos governos Collor e FHC. Nunca será demais reiterar que Lula encontrou o Brasil às portas da insolvência, com um Estado dilapidado e impotente, sufocado pela camisa de força do arrocho fiscal e subordinado aos interesses da oligarquia financeira, em

contradição inconciliável com a necessidade inadiável de aumentar os gastos públicos e fomentar o desenvolvimento.

Combinado com este legado, e não menos importante, o outro fator que conspira contra o crescimento e o emprego é a teimosia de setores do governo em manter uma política macroeconômica conservadora, de viés neoliberal, que já deu notórios sinais de esgotamento no Brasil e no mundo. Só há uma explicação plausível para esta insistência no rumo do fracasso: os poderosos interesses do capital financeiro, traduzidos na voz arrogante, implacável e autoritária dos mercados, que ecoa diariamente na mídia e nos círculos do poder.

Será preciso acumular forças, coragem e convicção política para afrontar tais interesses, que constituem forte obstáculo à mudança, de forma a abrir caminho para um novo projeto nacional de desenvolvimento. É aí que reside hoje o maior desafio para o sindicalismo e as organizações democráticas, patrióticas e progressistas.

As centrais sindicais se comportam de maneira diferenciada na presente conjuntura. A Força Sindical, com o seu presidente filiado ao PDT, em coerência com sua trajetória de apoio à política neoliberal de FHC, tenta se firmar numa linha de oposição, alinhando-se com os partidos derrotados em 2002 (PFL/PSDB). Já a CUT e a CGT parecem convencidas da necessidade de intensificar a mobilização social em defesa dos interesses da classe trabalhadora, mas apoiando e atuando pelo êxito do governo Lula no sentido mudancista. A CSC também atua com este objetivo e a convicção de que é

governo Lula

vital manter a autonomia e a independência do sindicalismo frente ao Estado e ao capital. Sem autonomia, as organizações sindicais se descaracterizam e correm o risco de perder credibilidade e força nas bases.

Respalando a teoria classista, a experiência histórica já nos ensinou que as lutas isoladas das categorias, movidas por reivindicações eminentemente econômicas, são insuficientes para fazer frente à ofensiva do capital. É indispensável elevar ao plano político mais geral a consciência, mobilização e luta dos movimentos sociais, em especial do sindicalismo. Passos significativos, como o apoio à eleição de Lula, têm sido dados, mas será preciso avançar mais. Faz-se necessário trazer os trabalhadores para o combate político de massas.

A CSC entende que a classe trabalhadora deve disputar de forma mais vigorosa um novo projeto nacional, unindo-se em torno da bandeira do desenvolvimento com soberania e valorização do trabalho. É um caminho que passa forçosamente pela mudança da política econômica vigente, a negação do acordo com o FMI, a recomposição da capacidade de investimentos do Estado, rejeição da Alca, renegociação da dívida externa no âmbito do Mercosul, controle do fluxo de capital e fortalecimento do mercado interno, entre outras coisas.

A ideologia neoliberal fez da depreciação do trabalho, associada à intensificação da opressão imperialista, um modo de vida e um projeto político global, proclamando que este seria o “único caminho” para as nações mais pobres alcançarem o porto

seguro do desenvolvimento “com estabilidade”. Todavia, o neoliberalismo está conduzindo a humanidade ao pântano da estagnação econômica, ao impasse do desemprego massivo, da guerra, da violência e da desagregação social. Se a prática é o critério da verdade, os fatos indicam que a ideologia neoliberal é uma falsa representação da realidade, desdobrando-se também numa economia política fracassada. Conseqüentemente, o sindicalismo deve empregar o melhor de sua energia na luta por um novo rumo, em ampla aliança com as demais forças compromissadas com a mudança.

Em oposição à decadente filosofia neoliberal, o novo projeto deve enxergar na valorização do trabalho a fonte generosa do crescimento sustentado da economia e da crescente afirmação da soberania nacional, o instrumento mais eficaz para o fortalecimento do mercado interno, a força motriz do desenvolvimento. Não será preciso reinventar a roda para descobrir como alcançar a valorização do trabalho. O caminho para isto é indicado pelas reivindicações espontâneas dos trabalhadores e pela pauta dos movimentos sociais.

Neste sentido, avulta a necessidade de conquistar o aumento real do salário mínimo; a redução da jornada de trabalho sem redução de salários; o comitê sindical de empresa; reforma agrária; reforma urbana; abertura de frentes de trabalho; redução substancial das taxas de juros; erradicação do analfabetismo e elevação do grau de escolaridade dos trabalhadores; mais investimentos públicos em infraestrutura e serviços públicos. Evidentemente, nada ou quase nada disto é viável sem a mudança da política econômica.

Cabe destacar que, com maior ou menor ênfase, as mobilizações em curso (abril vermelho, luta por moradia nos centros urbanos, passeatas estudantis, paralisações do funcionalismo, campanha unificada das centrais, organização do 1º de Maio, entre outras) apontam a necessidade da mudança. Mas a CUT, pela força que tem, encontra-se ainda num nível rebaixado de mobilização. Precisa desenvolver iniciativas mais amplas e audaciosas, o que compreende a unidade do sindicalismo em torno de bandeiras que impulsionem o governo Lula para as mudanças, e que conduzam ao fortalecimento da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS).

Dentro da agenda propriamente sindical está colocado o debate sobre a reforma sindical. É fundamental que ela contemple as reivindicações que a própria luta já demandou como necessidades – comitê sindical de empresa com estabilidade, organização por ramo de atividade, unicidade condicionada a representação na base e regras democráticas. Ela deve impedir a fragmentação das entidades e as manobras que intentam flexibilizar os direitos. A preocupação apontada pela CSC se faz mais do que justa: *“Tendo em vista que a classe trabalhadora precisa caminhar unida neste processo, é igualmente necessário aprofundar o debate e construir um consenso nas bases, o que exigirá um tempo maior para a elaboração e tramitação do projeto”*.

São poderosos e influentes os interesses de classe que se opõem à mudança. A luta pelo desenvolvimento com soberania e valorização do trabalho será árdua e difícil. A certeza da vitória não está dada. Mas a necessidade de mudança tem caráter objetivo e, remando contra a maré neoliberal, conta com a força dos ventos progressistas da história.



O contrário de atrelamento é autonomia e não sectarismo; assim como o contrário de sectarismo não é atrelamento, mas sim a participação sindical crítica e combativa

Marco Aurélio Santana é professor do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais e do mestrado em Memória Social e Documento da Universidade do Rio de Janeiro (Unirio)

Sindicato, Partido e Estado: uma

A relação entre sindicato e partido tem sido, ao longo da história, do movimento operário uma das questões mais sensíveis de ser enfrentada. Ela se complexifica ainda mais quando incluímos aí a figura do Estado. Se em grande parte da história o Estado serviu como mero instrumento de repressão aos trabalhadores, não se pode esquecer os outros momentos em que as classes dominantes, via Estado, orientaram-se por uma política que tratava o movimento operário como interlocutor, ampliando sua participação no cenário político. Ora isoladas, ora combinadas, repressão e cooptação acabaram impactando as formas organizativas e as práticas dos trabalhadores.

Porém, mais delicada ainda tornou-se esta relação quando o partido no aparelho do Estado era fruto histórico da trajetória de luta dos próprios trabalhadores. O que se viu ao longo da história foi que ainda que se pensasse como representante direto dos trabalhadores, o partido no governo acabou por se distanciar muito daquelas que se seriam as “históricas” demandas dos trabalhadores. Isso ficou muito claro nos países do centro onde, cada um a sua maneira, os partidos socialistas, comunistas ou trabalhistas no governo acabaram assumindo posturas claramente contrárias as que defendiam até a posse.

Os partidos defendiam que uma coisa era “as ruas” e as “manifestações”, outra bem diferente era gerir um país num regime democrático onde os liames da “velha ordem” reduziam os espaços de manobras. Alguns setores do movimento operário, por sua vez, criticavam

os partidos e seus membros (muitos egressos das fileiras sindicais) e insistiam em que era possível transpor os ímpetus das ruas para fortalecer e empurrar as reformas, e que se não o faziam era porque estavam “equivocados”, na melhor hipótese, ou eram “traidores” e “vendidos” na pior delas.

Sindicatos e partidos se sentiam mutuamente “abandonados”. Não faltaram tentativas de usar as engrenagens do partido no sentido de “atrelar” o movimento e “docilizá-lo” em termos das orientações seguidas pelo partido no governo. No sentido oposto, o movimento buscou pressionar o partido para uma alteração de rota, ainda que fosse inviabilizando nas ruas as suas orientações.

Se isso ficou evidente já na segunda metade do século XX, mais ainda quando, em suas últimas décadas, vimos, só para citar alguns casos, na Espanha (socialistas), na França (socialistas e comunistas) e na Inglaterra (trabalhistas), estes partidos assumindo explicitamente políticas de corte “neoliberal” como sendo “a via única”, o que azedou quase definitivamente as relações destes com o movimento operário.

Os estragos da chamada década neoliberal, aberta por Fernando Collor e concluída por FHC, deixaram um amplo espaço para um projeto alternativo de governo e sociedade. Após sucessivas tentativas, em 2002, o PT e o “novo sindicalismo” chegavam ao poder. Em ampla aliança com setores de esquerda e conservadores, desde seus primeiros passos o governo já indicava que, apesar de intentar projetos radicais na área social, não sairia muito de uma

relação tensa

certa ortodoxia econômica já em marcha. Aparentemente, a face sindical estaria nos muitos sindicalistas que assumiram postos de destaque em vários escalões do governo.

A chegada do PT ao governo abre uma série de questões para o partido e os sindicatos. Não há espaço para debatê-las aqui. Além disso, mais do que definição, o que temos são tendências. Valeria, contudo, mencionar algumas delas, que podem levar-nos a sérios riscos em termos políticos e sindicais.

Ninguém pode duvidar da força de atração da máquina de governo federal, nem dos impactos de possíveis atritos entre o partido, suas alas internas e os sindicatos. Assim, temeu-se uma certa “docilização” e “atrelamento” da CUT – principal e mais expressiva representante dos trabalhadores brasileiros – pelo governo. A preocupação era legítima, já que nas primeiras críticas que recebeu dos sindicatos, o presidente da República criticou-os, de forma bastante infeliz, dizendo que aquele tipo de sindicato “combativo” era coisa do passado e que se deveria evitar as “bravatas”. Além disso, chegou-se a dizer que o governo “jogaria a sociedade contra os funcionários públicos”, se eles resistissem à reforma da Previdência.

Por seu turno, aparentemente visando garantir a autonomia, os setores mais à esquerda do espectro político e sindical, sem muito esperar, em um franco exagero e precipitação, já identificavam o novo governo com o “Banco Mundial” e o “FMI” e os sindicalistas que lhes são próximos de “atrelados”.

Este início indicava que teríamos, mais que um projeto de

apoio mútuo, ainda que crítico, uma trajetória de atritos. Apesar das divergências de fundo, em muitos casos tais posturas eram oriundas de relações políticas já necrosadas dentro e fora do partido, bem como nos sindicatos. Muitas pontes foram sendo dinamitadas ao longo da trajetória recente da esquerda político e sindical brasileira.

O que é certo é que o governo vem enfrentando dificuldades nos campos que pareciam ser a sua seara. Quanto a tal “revolução na área social”, ainda estamos por vê-la. Além disso, fez a toque de caixa uma reforma previdenciária que, por mais necessária que fosse, poderia ter sido mais discutida. Por sua vez, o desemprego galopa e ainda se espera a solução via “espetáculo de crescimento”. Porém, fica no ar a dúvida se o “crescimento” em tempos de “produção enxuta”, poderá, como outrora, desafogar os números cruéis do desemprego. Além disso, também restam dúvidas sobre a qualidade dos postos de trabalho que podem vir com este “espetáculo”. Tanto que agora o presidente da República parece convencido de que a flexibilização das leis trabalhistas é mais adequada à nova realidade. É preciso saber quais os conteúdos das reformas e a que se destinam.

Por sua vez, pairam ainda dúvidas sobre como os sindicatos podem responder às políticas propostas pelo governo. Suas tarefas são muitas. Porém, temos corrido o risco de desenvolver dois tipos equivocados de postura: os que são “a favor, de forma acrítica” e os que são “contra, de forma sectária”. Isso levaria a um certo silêncio obsequioso dos “a favor” ou a uma gritaria isolada dos que são “contra”. Ficaria difícil para uma posição intermediária, crítica, autônoma, mas sem sectarismo, que

expusesse de forma clara as efetivas demandas da classe trabalhadora e pudesse disputar os rumos a serem seguidos pelo governo – “nas ruas” e/ou na “negociação” –, criticando-o quando ele contraria os interesses dos trabalhadores.

Ainda que assumindo as dificuldades enfrentadas por um governo como o de Lula, em meio a pressões internas e externas, não se pode deixar de indicar uma mudança drástica de visões que até pouco tempo norteavam o partido no governo. Se deve assumir novos compromissos e ideário, nem por isso, um governo como se espera de um partido dos trabalhadores, deve abandonar as linhas mestras de sua trajetória, tornando-se quase irreconhecível. Joga-se aqui um projeto construído por muitas gerações de militantes que deram suas vidas para que os setores operários e populares tivessem sua vez na história.

Os setores sindicais têm o compromisso de representar os trabalhadores. Por isso, não podem se dar ao luxo de silenciar e muito menos evitar a participação onde se necessite essa representação. O contrário de “atrelamento” é “autonomia” e não “sectarismo”. Assim como o contrário de “sectarismo” não é “atrelamento”, é participação crítica e combativa. A história sindical no Brasil mostra, de forma cabal, que tanto o sindicalismo atrelado quanto o sectário acabaram por se isolar dos trabalhadores, distanciando-se de suas verdadeiras demandas e tenderam a minguar em importância no cenário político. Não seria bom para os trabalhadores que isso acontecesse de novo e que, mais uma vez em sua história, tivessem de construir seu movimento como se fosse do zero, perdendo esta importante chance histórica.

A valorização do trabalho e o desenvolvimento nacional

Na ótica classista-marxista, a valorização do trabalho deve ser a base de um novo projeto nacional de desenvolvimento, alternativo e em contraposição ao modelo neoliberal

UMBERTO MARTINS E ALTAMIRO BORGES

A Corrente Sindical Classista (CSC) tem levantado, como eixo central de sua atuação na atualidade, a bandeira do “desenvolvimento com soberania e valorização do trabalho”. Nesta palavra-de-ordem está contida a idéia de que a valorização do trabalho deve ser a base de um novo projeto de desenvolvimento, alternativo e em contraposição ao modelo neoliberal. Com esta concepção, a CSC realizará um seminário nacional para aprofundar sua elaboração sobre o tema, abordando-o sob uma ótica classista – marxista.

Cabe registrar que esta bandeira também tem sido defendida pela Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), que divulgou recentemente o manifesto “Mobilização pelo desenvolvimento com soberania e valorização de trabalho”. Este fato ilustra a crescente influência desta proposta, que adquiriu ainda maior urgência a partir da eleição e posse do governo Lula. Mas quais as bases e as justificativas convincentes para a tese de que a valorização do trabalho é a principal fonte do desenvolvimento?

TRABALHO E PRODUÇÃO

Os clássicos da economia política (Smith, Ricardo e Marx) indicaram a relevância do trabalho como força motriz da produção. É a força de trabalho que cria a riqueza social, que agrega valor às mercadorias, que valoriza o capital e que constitui, em última instância, a substância da própria moeda. Eles notaram que o valor é dado pelo tempo de trabalho empregado na produção, de forma que valor e volume da produção em escala social são proporcionais à quantidade (tempo) e à qualidade do trabalho empregado.

Decorre da lei do valor que, sendo o volume de produção equivalente ao tempo de trabalho

(consideradas como dadas produtividade e jornada), tamanho e desempenho do PIB dependem obviamente do nível de emprego. Quanto maior o número de horas trabalhadas, maior a quantidade de mercadorias produzidas.

Por esta razão, aumentar substancialmente o nível de emprego é uma condição primária para a retomada do crescimento sustentado da economia. Ou seja, será pelas mãos dos milhões de desempregados que o Brasil logrará sair do pântano da estagnação a que tem sido condenado nos últimos 20 anos pelas políticas impostas pelas instituições do imperialismo, como o FMI.

O desemprego massivo é a expressão maior da crise que dilacera a nossa sociedade. A rigor, ele significa ociosidade e desperdício de forças produtivas e do potencial de crescimento da economia nacional. Para superar a atual crise, será indispensável utilizar a energia produtiva dos 13 milhões de brasileiros que hoje estão constangidos ao ócio involuntário.

A retomada do crescimento não é possível apenas com base nos investimentos do setor privado



Burguesia nacional não tem disposição nem credibilidade para encabeçar a luta por um modelo alternativo

inversamente, o caminho para o “pleno emprego” passa pelo crescimento. Mas é preciso colocar em primeiro plano o emprego (como uma obsessão, conforme sugeriu o presidente Lula), até porque a ampliação do seu nível não depende apenas do crescimento. Ele depende também e cada vez mais de uma redistribuição mais justa do tempo de trabalho na sociedade.

MERCADO INTERNO

O mercado interno brasileiro vem sofrendo uma redução quase ininterrupta desde as crises recorrentes que se abateram sobre a economia mundial a partir de 1997 (ano da “crise asiática”). A rigor, a redução do mercado interno começou nos anos 80, com breves períodos de recuperação. Mas, a partir da segunda metade dos anos 90, emagreceu substancialmente. Em 2003, o declínio foi sensível em função do “ajuste externo”, que veio no rastro da forte desvalorização do Real e depressiu ainda mais o consumo doméstico.

A leitura dos indicadores econômicos sugere que há uma relação estreita entre a retração do mercado interno e o declínio da renda dos trabalhadores. Registrou-se, entre 1998/2002, queda relativa e absoluta da massa salarial. A participação dos salários no PIB recuou de 45,37% para 35,14%, enquanto

Aumentando o tempo de trabalho (através da geração de emprego e não das horas extras) haverá elevação do valor e do volume produzidos pela sociedade. O potencial de crescimento proveniente do principal componente das forças produtivas (o trabalhador) deixará de ficar ocioso e de ser desperdiçado, propiciando o crescimento do PIB. “A saída para o Brasil”, como sugere o professor Ignacy Sachs, “será o crescimento puxado pelo emprego”.

Parece óbvio que elevar substancialmente o nível de emprego constitui, hoje, condição *sine qua non* para a valorização do trabalho. Isto demanda grande luta social para alterar os rumos da política econômica, visto que o mais sério obstáculo à ampliação da oferta de postos de trabalho é a orientação neoliberal da chamada macroeconomia.

Assim, nota-se uma relação dialética entre o crescimento e o emprego, de forma que o emprego é pré-condição para o crescimento da economia e,

O desemprego massivo é a expressão maior da contradição antagônica entre

a parcela apropriada pelo capital pulou de 32 para 42%. Só em 2003, a renda dos trabalhadores despencou 12,5%. O desemprego em alta, a precarização dos contratos e o arrocho salarial explicam, em larga medida, a depressão do mercado interno. Há, portanto, estreita relação entre o comportamento da massa salarial e a demanda global.

A dimensão decrescente do mercado interno constitui uma óbvia restrição ao crescimento da economia – a estagnação é a expressão cruel deste quadro. Já Adam Smith alertava que o mercado é o fator que, em última instância, dita os limites da expansão da produção. As crises cíclicas do capitalismo comprovam esta verdade elementar: quando o mercado não tem demanda para absolver a oferta de mercadorias, advém a crise de superprodução ou de realização do capital. Quando a empresa não encontra mercado para o escoamento de sua produção e não consegue completar o ciclo de reprodução do capital (D-M-D', conforme a fórmula descrita por Karl Marx), o processo produtivo é interrompido, instalando-se a crise, as falências e as demissões.

Infelizmente, o Brasil não vive apenas uma mera crise cíclica. O problema da insuficiência da demanda face ao potencial produtivo (e à capacidade instalada nos setores voltados para o mercado interno) adquiriu caráter crônico, tornou-se um problema estrutural. Os ciclos produtivos estão deformados e as crises são recorrentes em função da vulnerabilidade ou dependência externa, o que exige



do país “ajustes” frequentes e políticas econômicas recessivas. Diante deste cenário, algumas conclusões são inevitáveis:

1- Para recuperar a capacidade de crescimento sustentado do PIB, torna-se indispensável ampliar o mercado interno. Em tese, as exportações poderiam ser uma solução – com a exploração de novos mercados suprimindo a deficiência da demanda interna. Todavia, a experiência histórica indica que isto não funciona por aqui; o notável desenvolvimento das forças produtivas brasileiras verificado ao longo do século passado foi puxado pelo mercado doméstico. Além disso, como o país está excessivamente endividado em moeda forte, o saldo das exportações brasileiras é quase todo absorvido pelos credores e pelas multinacionais, em detrimento dos investimentos internos.

2- A expansão do mercado interno passa, em primeiro lugar, pela valorização do trabalho, destacando-se a ampliação do

nível de emprego, aumento real do salário mínimo, redução da jornada e a incorporação dos “excluídos”. É notória a relação entre a participação relativa dos salários no PIB e a dimensão do mercado interno.

3- Há crescente consenso sobre a necessidade de desenvolver o mercado interno e também pontos de convergência entre os interesses dos trabalhadores e setores do patronato, que devem ser explorados.

PAUTA DOS TRABALHADORES

Uma vez aceito que a valorização do trabalho deve ser a fonte do engrandecimento do mercado interno e o fundamento do novo projeto de desenvolvimento, é preciso alinhar algumas medidas, iniciativas, propostas e reivindicações relevantes nesta direção. O ponto de partida já está dado pelo próprio movimento concreto dos trabalhadores e de suas organizações no âmbito sindical e político-partidário. Entre as bandeiras que configuram a pauta da valorização do trabalho constam:

1- Ampliação do nível de emprego. O combate ao desemprego é uma questão central na atualidade. O emprego não gera apenas produção e renda; também cria e amplia o mercado consumidor. Como ensina o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, “se você não recuperar o emprego não recupera a renda. Na verdade, o que é o

o crescimento das forças produtivas e as relações de produção capitalistas

emprego? O emprego cria um ponto ali em que o sujeito que não recebia nada passa a receber uma renda monetária e passa a gastar. Se não se recupera o emprego não acontece nada”.

Sabe-se que existe uma razoável capacidade ociosa em vários setores da economia, sobretudo naqueles que não estão voltados ao mercado externo. Todavia, em geral compreende-se a capacidade ociosa como um fenômeno restrito à capacidade instalada em termos de meios de produção. Mas para se medir a potencialidade desperdiçada das forças produtivas é indispensável agregar aos equipamentos e instalações relativamente inativos a ociosidade involuntária da força de trabalho. Desemprego é desperdício, é ineficiência econômica, é capacidade ociosa de força produtiva. Combatê-lo é questão de bom senso econômico e político.

No capitalismo, o emprego parece depender, unicamente, do investimento privado. Isto não é de todo verdadeiro. Desde a falência do liberalismo nos anos 1930, a intervenção do Estado passou a ser decisiva na definição do nível de emprego. A necessidade de políticas públicas contra o desemprego é hoje uma obviedade, ainda mais no caso do Brasil onde as imposições do FMI são um obstáculo ao crescimento, seja pelo lado da política monetária (com elevadas taxas de juros) ou da política fiscal (com elevado superávit primário) e cambial (liberalização do fluxo de capitais e câmbio flutuante). Além disto, o problema do desemprego no Brasil não será solucionado só com crescimento

econômico; requer outras iniciativas que demandam ação pública e decisão política.

2- Redução constitucional da jornada de trabalho sem redução de salário. Esta bandeira histórica do movimento operário mundial é hoje apontada (inclusive por especialistas da ONU) como uma das principais soluções para a crise do desemprego. A experiência concreta sugere, por variados motivos, que a redução da jornada favorece o desenvolvimento, embora o choque de interesses entre capital e trabalho ofusque esta verdade. O debate sobre o tema reflete o antagonismo de classes na sociedade moderna. No Brasil, as divergências entre capital e trabalho a respeito da jornada são flagrantes. O capitalista tem uma avidez insaciável para aumentar o que Marx chamava de trabalho excedente (tempo de trabalho que excede o valor do salário e origina o lucro). A classe trabalhadora, por seu turno, passa a vida lutando para reduzir na jornada o trabalho excedente.

Enquanto os economistas do Dieese afirmam que a redução da jornada para 40 horas semanais pode gerar mais de 2 milhões de novos empregos, se for acompanhada da restrição das horas extras, o patronato diz

exatamente o oposto. “A redução da jornada de trabalho normal, por outra via que não a da negociação, implicará de imediato em elevação do desemprego tecnológico, aumento dos encargos trabalhistas e comprometimento da competitividade das empresas no mercado internacional”, esbraveja a CNI.

É um ponto de vista falso. A redução da jornada gera emprego e favorece o crescimento. A experiência francesa confirma esta assertiva. No período em que foi implantada a semana de 35 horas, no governo de Lionel Jospin, foi notável a recuperação do nível de emprego e a diminuição do tempo médio de trabalho teve papel central no crescimento da economia, melhorou a distribuição da renda e ampliou o consumo, embora não tenha sido uma panacéia capaz de evitar o contágio das crises recorrentes do capitalismo.

A distribuição mais justa e racional do tempo de trabalho é uma exigência objetiva dos novos tempos. É uma resposta à necessidade de harmonizar as relações de produção ao avanço das forças produtivas; as estatísticas revelam que contribui também para elevar a produtividade do trabalho. Tal medida torna-se premente frente ao avanço da produtividade, que cresceu 65,5% na indústria nacional nos anos 90 (mais do que nos EUA). Estudo da UFRJ associa a implantação de novas tecnologias à destruição de mais de 10 milhões de postos de trabalho no Brasil entre 1990/2002.

3- Elevação do grau de escolaridade. Estudos recentes da

Distribuição mais justa e racional do tempo de trabalho é uma exigência objetiva dos novos tempos

Será pelas mãos dos milhões de desempregados que o Brasil logrará sair do

ONU indicam que quanto maior o grau de escolaridade de uma nação maior tende a ser o valor agregado à produção (e o tamanho do PIB). Alguns economistas sugerem que a elevação de um ano na escolaridade média pode resultar num incremento de até 6% da renda. Trata-se de uma proposição polêmica e talvez exagerada, mas que, teoricamente, faz sentido à luz da lei do valor, ainda mais na medida em que a ciência se transforma em força produtiva direta.

Em *O capital*, Marx fala que o valor agregado pela força de trabalho às mercadorias não se define apenas pelo tempo, mas também pela qualidade do trabalho concreto empregado no processo produtivo. Daí sua diferenciação entre o trabalho simples e o trabalho complexo, sendo que o valor de uma hora de trabalho deste último tipo é maior que o valor de uma hora de trabalho simples. Naquele tempo, esta diferença era residual e negligenciável, dado que o grosso do trabalho era simples. O capitalismo mudou muito desde então e seria errado supor que, sob este aspecto, a economia continua funcionando como antigamente.

As relações econômicas entre as nações no âmbito do sistema imperialista mundial estão fundamentadas em larga medida no intercâmbio, pelas vias do comércio exterior, de trabalho complexo por trabalho simples; na venda de mercadorias com maior valor agregado por produtos básicos ou mesmo manufaturados de baixo valor agregado. De certo modo, a

divisão internacional do trabalho sanciona a desigualdade dos países neste campo, desigualdade que será agravada se forem aprovados os acordos propostos pelas potências capitalistas na OMC (envolvendo patentes, serviços e compras governamentais) e pelos EUA na Alca.

Se o trabalho complexo é determinado pela qualificação e esta depende, em certo sentido, do grau médio de escolaridade da nação, parece evidente que a educação adquire importância estratégica no novo projeto de desenvolvimento e na determinação da forma da inserção futura do Brasil na "economia global". O aumento da escolaridade torna-se essencial para superar, em médio prazo, a dependência externa e para escapar da posição subalterna na nova divisão internacional do trabalho que vem sendo desenhada.

Faz sentido a proposta feita pela CSC e assumida pela CUT de destacar uma parte da jornada remunerada de trabalho (talvez quatro horas semanais) para a erradicação do analfabetismo e para a elevação do grau de escolaridade da classe trabalhadora, a exemplo de programa similar italiano (que destina 150 horas da jornada anual à educação). No seio do Fórum Nacional do Trabalho, uma proposta do gênero tende a ser aceita com maior facilidade, inclusive pela bancada do empresariado.

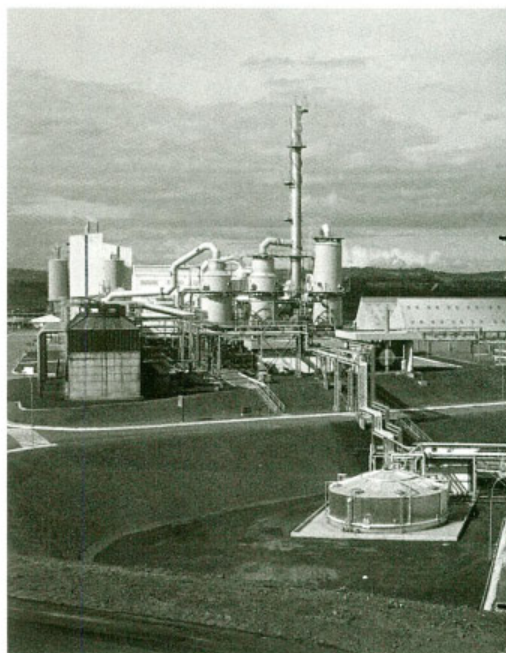
4- Aumento real do valor do salário mínimo. Esta medida tem forte impacto no fortalecimento do mercado interno, ainda mais se for associada à recomposição

das perdas nas demais faixas assalariadas.

5- Reforma agrária. Além de saldar uma dívida histórica impostergável, valorizaria o trabalhador rural e elevaria o nível de emprego, da produção, da renda no campo e do consumo nacional.

6- Reversão da precarização do trabalho. A flexibilização trabalhista, acelerada no governo FHC, não gerou os empregos prometidos e só degradou as condições de trabalho. Cabe lutar, inclusive no FNT, para que a reforma sindical e, sobretudo, a trabalhista contribuam para reverter a precarização.

7- Reforma urbana; construção de moradias populares. Conforme propõe a CMS, esta medida, além de combater o escandaloso déficit habitacional, terá efeito multiplicador sobre o nível de emprego.



pântano da estagnação a que foi condenado pelas políticas imperialistas

POLÍTICA ECONÔMICA

Sem alterar o atual modelo, torna-se impossível alavancar o crescimento, gerar empregos e elevar a renda. Afinal, tudo isto pressupõe a ampliação dos gastos públicos e, obviamente, contradiz a política de arrocho fiscal e monetário. Entre as mudanças exigidas pelo movimento social salientam-se: redução ou supressão do superávit primário, utilizando os recursos hoje esterilizados para ampliar os investimentos públicos; redução substancial da taxa de juros; renegociação da dívida externa (no âmbito do Mercosul) e controle do fluxo de capitais.

É indispensável a recomposição da capacidade de investimentos e do papel saliente do Estado no desenvolvimento, na geração de emprego e universalização (em vez de focalização) dos serviços públicos.

Após o fiasco do velho liberalismo, a intervenção do Estado foi a forma encontrada pela burguesia para salvar o capitalismo da autodestruição e fazer frente ao socialismo. Esta solução de compromisso viabilizou conquistas trabalhistas e, no caso europeu, uma ampla rede de seguridade social.

No Brasil, como em boa parte dos países do “terceiro mundo”, o Estado foi decisivo no desenvolvimento. Nas condições atuais, não é sensato pensar que a retomada do crescimento seja possível com base apenas nos investimentos privados, sobretudo porque a carga tributária é relativamente alta e retira poupança do setor privado para transferir ao setor financeiro.

CLASSES SOCIAIS

Os dois principais fundamentos da política neoliberal, estreitamente interligados, têm sido a depreciação da força de trabalho e o aumento do saque imperialista. A ofensiva contra o trabalho é generalizada; pode ser percebida nos países ricos e nos pobres. Já a opressão imperialista é focalizada no “terceiro mundo”.

No Brasil, durante os anos 90, a ideologia e a política neoliberal angariaram, num primeiro momento, um amplo consenso da burguesia brasileira. Esta abriu o caminho à abertura indiscriminada da economia, à liberalização do movimento de capitais estrangeiros, aos acordos com o FMI e sempre manifestou total concordância com a precarização do trabalho. Os resultados desta política, todavia,

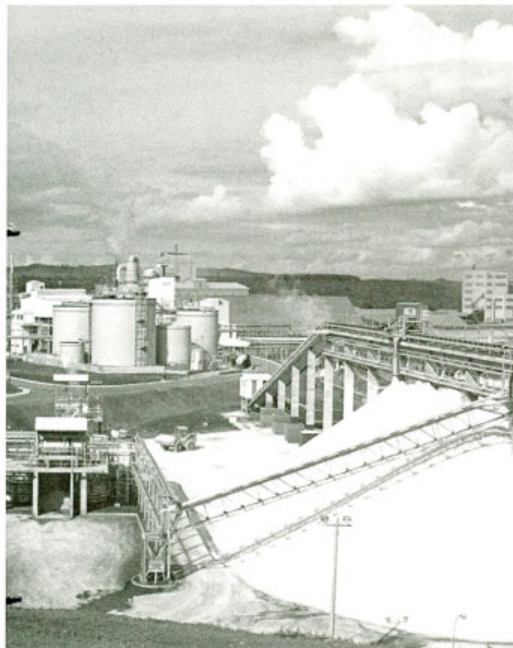
foram decepcionantes. Setores ponderáveis da burguesia nacional viram seus interesses frontalmente contrariados.

Não há dúvidas de que o neoliberalismo fracassou, embora continue sendo a opção dominante em quase todo o globo. Tal política não conduziu ao desenvolvimento, conforme se prometia, e seu fracasso indica que os interesses da fração hegemônica do capital já não estão em harmonia com o desenvolvimento das forças produtivas. Aparentemente, a burguesia brasileira não tem interesse em lutar por um modelo alternativo ao neoliberal. Já passou a época de um projeto nacional-desenvolvimentista dirigido por ela.

Ao contrário, os interesses da classe trabalhadora estão em sintonia com o progresso. A valorização do trabalho é o caminho para a ampliação do mercado interno e para a concretização de um projeto nacional de desenvolvimento com soberania. Isto significa que a classe trabalhadora é a portadora e deve ser a força motriz, protagonista, do novo projeto e que é plenamente viável reunir em torno dele setores mais amplos da sociedade.

É justo dar voz ao chamado “setor produtivo” e respaldar suas críticas à taxa de juros e mesmo à carga tributária, apontando para a necessidade de uma ampla união nacional pela mudança do modelo econômico. Ao mesmo tempo, é preciso destacar a centralidade do proletariado nesta luta.

Umberto Martins é assessor da vice-presidência da CUT e membro do conselho de redação da *Debate Sindical*, Altamiro Borges é editor da *Debate Sindical*



J. Freitas/ABr

O nome do bicho é a retração da economia

O nome do bicho e a essência de sua maldade é o encolhimento do PIB em 2003, primeiro ano do governo Lula.

Os malabarismos estatísticos não conseguem esconder a falta de investimentos, o desequilíbrio entre os setores da economia, o desemprego aterrador, as perdas dos assalariados, a precarização nas relações de trabalho e a concentração de renda nas 15 mil famílias do topo da pirâmide e no setor financeiro.

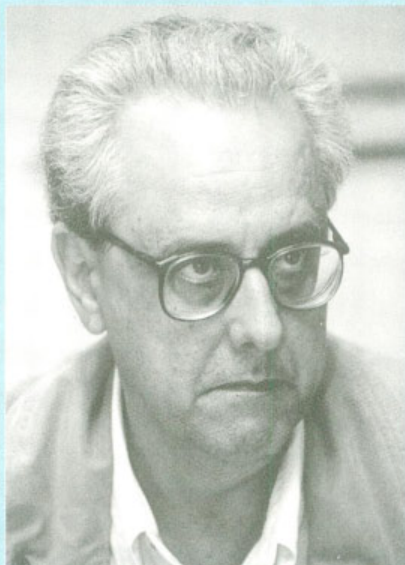
O Brasil dos produtores (na terminologia de Saint-Simon) está parado ou andando de costas, aos trambolhões.

ELEITO PARA MUDAR

Nos últimos dez anos, o crescimento foi de, no máximo, 2,2% ao ano, em média; nos dez anos anteriores havia sido de 2,8%. Grosso modo, a economia brasileira cresceu pouco mais de 50% em vinte anos. Neste mesmo período a participação dos salários na renda nacional (em disputa com lucros, juros, dividendos, aluguéis e impostos) passou de metade a um terço.

Se desenharmos um gráfico esquemático destes dados, a reta que representa a massa de salários na economia fica paralela ao eixo horizontal revelando que esta massa não aumentou em valor real durante todo o período. Hoje é a mesma de vinte anos atrás. O

JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO



Bom senso indica que não se deve ter pressa na reforma sindical

presidente Lula foi eleito para mudar esta situação, reorganizar a economia e alterar, de maneira conseqüente, a orientação ruinosa que vinha sendo aplicada.

POSIÇÕES EXTREMISTAS

O movimento sindical, que teve papel fundamental na origem e na trajetória do presidente, aproveitou-se, durante os vinte anos transcorridos, da estrutura sindical vigente e soube institucionalizar na Constituição de 1988, uma série de direitos sem os quais a luta teria sido muito mais difícil. Sem o movimento sindical, a reta do gráfico que sugerimos seria inclinada para baixo e Lula não seria hoje presidente.

Vários desavisados, apesar disto, estão insistindo, na contramão das experiências e das necessidades, em precarizar ainda

mais as relações de trabalho e em destruir a estrutura sindical. Felizmente o curso das discussões no Fórum Nacional do Trabalho tem derrotado as posições extremistas dos que querem desmanchar tudo e dos que não querem mudança alguma.

As propostas concretizadas levam em conta o balanço positivo do movimento e avançam na direção de sua melhoria com o fortalecimento da representação unitária e democrática dos trabalhadores. As discussões envolvem também vários setores do movimento formalmente alheios aos trabalhos do Fórum, mas atentos aos problemas, coerentes em suas posições e com capacidade de mobilização.

AÇÃO UNITÁRIA

Para enfrentar o desafio estratégico de mudar a política econômica, fortalecer as ações positivas do governo, mobilizar os trabalhadores, o bom senso indica que não se deve ter pressa – sobretudo pressa artificial ou burocrática – nas discussões e propostas sobre as reformas sindical e trabalhista.

O que é urgente é restabelecer as bases para a ação sindical unitária que fortaleça os trabalhadores no grande tabuleiro da vida nacional. Mais vale o bem feito e duradouro do que o apressado e derrotista. Até mesmo porque a grande luta de hoje é contra o bicho cujo nome é “menos zero vírgula dois por cento de crescimento do PIB”.

João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical de diversas entidades de trabalhadores em São Paulo



Fotos da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo

A estratégia paulistana de inclusão social

O sucesso dos programas sociais da Prefeitura de São Paulo prova que novos caminhos precisam ser experimentados no combate à exclusão

RICARDO AMORIM

São Paulo é um mundo de belezas e problemas. Lar de uma população maior do que a de países como Portugal e Bolívia, a cidade sofre com a antiga ferida da pobreza e com chagas recentes do desemprego e da violência. Problemas assim tão graves não poderiam continuar a ser combatidos pelas tradicionais políticas que não invertem a lógica de intervenção do Estado. As ações contra a exclusão não

poderiam continuar apoiadas apenas no assistencialismo. Era preciso implementar um conjunto eficaz, inovador e articulado de políticas de desenvolvimento social, abrangendo não apenas o amparo direto aos mais necessitados, mas indo além e criando condições para a emancipação sócio-econômica desses cidadãos.

Foi diante desse quadro que amadureceu, na nova gestão da

Nos 13 primeiros distritos da capital, onde os programas sociais já concluíram o

80,4% dos recursos foram gastos no próprio bairro, o que gerou uma expressiva injeção de dinheiro no comércio local

prefeitura, “a estratégia paulistana de inclusão social”. Um projeto inovador que pensa as políticas sociais a partir da premissa de gerar inclusão social. Mas para que essa estratégia ganhasse vida, era preciso vencer ainda duas dificuldades: uma orçamentária, resultado da inconsistente política econômica dos anos 90, e outra oriunda do tamanho, cultura e processos das secretarias tradicionais. A solução dessas duas dificuldades convergiu para a criação de uma estrutura diferente, que desobedeceu aos cânones das secretarias fim e meio. A nova estrutura, chamada Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS), utilizou o conceito de projetos e tornou-se capaz de implantar a estratégia por meio de uma estrutura muito enxuta que, articulada às secretarias maiores, logrou espalhar os benefícios pelas áreas mais carentes da cidade.

E no que consiste a estratégia? Trata-se de uma política alternativa, baseada em três eixos, cujo objetivo maior é a (re) aquisição da cidadania por parte da população mais sofrida. No primeiro eixo encontram-se os programas de natureza



redistributiva, que garantem às famílias uma complementação de renda suficiente para superar a linha de pobreza. São quatro os programas:

- 1- Renda Mínima – que atende famílias de baixa renda, com dependentes de 0 a 15 anos de idade;
- 2- Bolsa Trabalho – voltado

seu segundo ano de implementação, houve redução de 21,8% na taxa de homicídios

para jovens de baixa renda desempregados entre 16 e 20 anos de idade, que garante uma renda temporária associada à ampliação da escolaridade e ao envolvimento com atividades comunitárias;

3- Operação Trabalho – que beneficia desempregados de longa duração e de baixa renda na faixa etária de 21 e 39 anos de idade;

4- Começar de Novo – que assiste pobres desempregados de 40 anos ou mais de idade.

Todos eles estão combinados à educação para aprendizagem em atividades comunitárias, para o trabalho assalariado e para a incubação de empreendimentos populares.

PROGRAMAS EMANCIPATÓRIOS

No segundo eixo programático localizam-se os *programas emancipatórios* que envolvem os mesmos beneficiários dos programas redistributivos. Para as famílias do Renda Mínima há a disseminação de conhecimentos básicos, como alfabetização, economia doméstica, saúde e higiene, atividades culturais, entre outros. Para os demais há a possibilidade de escolha de ingresso em módulos específicos de 4 a 24 meses nas áreas de aprendizagem em empreendimentos coletivos e individuais (programa Oportunidade Solidária), em qualificação profissional

para trabalho assalariado e autônomo e para ações comunitárias (programa Capacitação Ocupacional). Dentro desse eixo, os que necessitam de apoio financeiro para iniciar ou ampliar seu pequeno negócio encontram financiamento a taxa de juros compatíveis com a capacidade de pagamento na Central de Crédito Popular São Paulo Confia.

Por fim, no terceiro eixo programático situam-se os programas de apoio ao desenvolvimento local, especialmente nos distritos onde moram os beneficiários dos programas redistributivos. Dessa forma, a prefeitura, por meio da SDTS,

Pense em tudo o que a Petrobras
fez nos seus primeiros 50 anos.
É uma pequena amostra do
que está por vir nos próximos 50.

Que o povo brasileiro é criativo, ninguém no mundo duvida. A Petrobras é o grande exemplo da capacidade de realização do nosso povo. Muitos não acreditaram que fosse possível encontrar petróleo no Brasil. Mas a Petrobras encontrou não apenas no solo, como também no fundo do mar. Tornou-se, inclusive, a líder na tecnologia de exploração e produção de petróleo em águas profundas. É da Petrobras, também, o maior e mais moderno centro de pesquisas da América Latina. Tanta tecnologia levou a Petrobras aonde os brasileiros sempre brilharam: a Fórmula 1. Todas essas conquistas nos fazem imaginar como serão os próximos 50 anos. Ninguém mais duvida que eles serão incríveis.

PETROBRAS 50 ANOS
O Desafio é a Nossa Energia



Ministério de
Minas e Energia



busca transformar os locais de moradia e de ocupação, desenvolvendo e estimulando a atividade econômica local. Ao mesmo tempo, apóia a reestruturação técnica e empresarial, com ênfase no desenvolvimento de cadeias produtivas fortemente empregadoras e geradoras de negócios, capazes de absorverem parte dos beneficiários dos programas sociais.

AVALIAÇÃO POSITIVA

O mais interessante foi perceber, após estudos, que apesar da crise em que o país patina, os programas sociais da SDTS alcançaram resultados muito importantes para a cidade. Alguns deles dão mais do que esperança: apontam para a discussão de caminhos alternativos ao que sempre se fez em termos de programas de enfrentamento da exclusão social.

Para favorecer transparência, a SDTS estimou haver na capital paulista quase 589 mil famílias pobres, vivendo com menos de 1,5 salário mínimo. Para começar a atendê-las já em 2001, foram investidos aproximadamente R\$ 64 milhões, o que resultou em benefícios mensais pagos a quase 100 mil famílias dos 13 distritos mais carentes da cidade. Em 2002, o volume investido saltou para R\$ 240 milhões e os distritos atendidos chegaram a 50. Hoje, passados dois anos e meio de atuação, os programas sociais beneficiaram 320 mil famílias paulistanas pobres e os recursos investidos alcançaram R\$ 436 milhões.

Assim, em primeiro lugar, é preciso ter claro o quanto a renda redistribuída pela Prefeitura de São Paulo é importante para as famílias mais pobres. Estudos da



SDTS de 2002 revelaram que o dinheiro recebido pelos beneficiários foi, em sua maior parte, 70,1%, gasto com alimentos e 7,1% com roupas e sapatos. Ou seja, bens básicos. Mais: 80,4% deste dinheiro foi despendido no próprio bairro onde o beneficiário mora, o que acaba por gerar uma injeção significativa de recursos no pequeno comércio local.

Os dados escolares também são significativos. Os esforços da Secretaria de Educação alcançaram três resultados importantes: elevou a venda de passes escolares em 8,3% entre 2001 e 2002, reduziu a evasão escolar em 30,2% para o mesmo período e baixou os índices de reprovação em 6,7%. Já nos bairros onde os programas sociais somaram esforços, os três resultados acima foram bem amplificados: a venda de passes escolares cresceu 15,9%, a evasão escolar caiu 44%, e a reprovação reduziu-se em 18,1%.

DECISÃO POLÍTICA

Porém, o dado mais surpreendente diz respeito à queda da violência nos distritos atendidos pelos programas sociais da SDTS. Antes da sua implantação, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes crescia nos distritos mais carentes de São Paulo e caía nos demais. A partir de 2001, a queda passa a acontecer também nos distritos mais pobres, evidenciando os efeitos dos programas redistributivos e emancipatórios. Não é por coincidência que a queda se mostra maior nos 13 primeiros distritos, onde os programas sociais já concluíram o seu segundo ano de

implementação. Houve uma redução, entre 2001 e 2003, de 21,8% na taxa de homicídios. Nos 37 distritos atendidos a partir de 2002, ela foi de 16,6%.

Ou seja, um resultado muito positivo. Por tudo isso, é possível pensar que a pobreza tem solução, que ela não é eterna e nem depende de programas de corte meramente assistencial. As alternativas podem e devem ser pensadas e não há nada que impeça uma vitória sobre a exclusão social, exceto a vontade política. O sucesso inegável da Estratégia Paulistana de Inclusão Social é mais uma prova de que novos caminhos precisam ser experimentados. O papel de cada um de nós é sonhar, lutar e construir um país que seja uma nação e uma nação que seja justa.

Ricardo Amorim é assessor da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo e doutorando do Instituto de Economia da Unicamp



Pela universalização das políticas públicas

GILSON REIS

Desde a sua origem, o Estado cumpre na sociedade determinadas atribuições que variam conforme a sua inserção na realidade histórica concreta. Para desempenhar estas funções, precisa dispor de um volume de recursos que será usado para o funcionamento da máquina pública, para pagamento de seus funcionários, para as políticas sociais e para a realização de obras de infra-estrutura.

Nos últimos anos, as escolas liberais assumiram os destinos das principais economias globais, com raras exceções. O controle rígido das políticas fiscais e inflacionárias e o engessamento dos orçamentos para pagamento de juros e amortização das dívidas públicas tornaram-se dogmas inegociáveis.

A função pública desempenhada pelo Estado brasileiro neste último século pode ser dividida em três fases distintas. Até 1930, liberal: desmorona com a crise de 1929; de 1931 a 1980, nacional-desenvolvimentista: com grande inserção na economia, nas políticas sociais e na infra-estrutura; e a partir de 1990, neoliberal: desestatização, desregulamentação financeira, comercial e social.

GERENTE DO RENTISMO

Esta situação foi confirmada no orçamento primário da União de R\$ 460 bilhões para 2004. O governo federal destinou cerca de R\$ 120 bilhões para o pagamento de juros das dívidas interna e externa. Nesta mesma peça orçamentária, a função educação recebeu cerca de R\$ 13,8 bilhões e a saúde, 33 bilhões.

A contradição observada no orçamento federal é resultante do modelo macroeconômico desenvolvido a partir do governo

Com a hegemonia neoliberal, o Estado tornou-se um mero gerente do sistema financeiro internacional e nacional, relegando sua função social

Collor de Melo, que traduz a atual função pública do Estado e a sua apropriação pelo mercado financeiro. O Estado, que deveria ser o organizador da estrutura das relações de classe e de suas frações, tornou-se um mero gerente do sistema financeiro nacional e internacional.

No Brasil, 55 milhões de pessoas vivem com menos de dois dólares por dia, encontrando-se abaixo da linha da pobreza. A situação se agrava ano após ano, devido à estagnação da economia, à retração da renda do trabalhador e à concentração acentuada da riqueza, marcas da política ortodoxa e financista.

Para justificar as políticas de arrocho fiscal, os economistas de plantão receitam aos governantes como saída para a crise: menos Estado e mais focalização das políticas públicas, o que não resolve a crescente deteriorização das condições sociais e a exclusão de parcela cada dia mais significativa da sociedade.

A contradição central situa-se entre o volume de recursos arrecadados pelo Estado e a destinação destes para o conjunto da sociedade. A carga tributária, que era de 15% do PIB nos anos 30, em 2003 atingiu a casa de 38%. Cerca de um quarto desta receita é destinado ao mercado financeiro, enquanto não existem recursos para reajustar o salário mínimo, pagar os aposentados,

recuperar os proventos do funcionalismo, desenvolver políticas sociais e reconstruir a infra-estrutura para o desenvolvimento nacional.

PROPOSTA DOS CLASSISTAS

É neste contexto que a Corrente Sindical Classista desenvolve três linhas de ações políticas:

1- Exige a mudança da atual política macroeconômica, com base na suspensão e renegociação das dívidas públicas; controle do fluxo de capitais; rompimento dos acordos com o FMI; redução dos juros; e contra a Alca;

2- Valorização do trabalho. A política econômica deve ter como centro o trabalho, o que deve se somar a maior inserção do Estado na universalização das políticas públicas (saúde, educação, seguridade, etc.);

3- Mobilização do movimento social. A Coordenação dos Movimentos Sociais, que se consolida como importante espaço de articulação política e social, é decisiva no processo de pressão sobre os setores que apóiam a atual política macroeconômica.

O movimento sindical e os demais setores organizados da sociedade poderão ser um fator decisivo neste processo de mobilização pelas mudanças, usando toda sua rede estrutural e capacidade de interlocução. A defesa de uma nova ordem social com base na valorização do trabalho, com desenvolvimento e soberania, precisa ser o objetivo central de todo militante classista para o próximo período.

Gilson Reis é membro da executiva nacional da CUT, dirigente do Sindicato dos Professores de Minas Gerais e integrante da coordenação da Corrente Sindical Classista (CSC)



A derrota anunciada dos sindicatos alemães

O artigo abaixo, publicado na edição brasileira do jornal *Le Monde Diplomatique*, destrincha a grave crise do sindicalismo alemão e serve de alerta para o sindicalismo nacional

UDO REHFELDT

No início de 2003, o sindicalismo alemão entrou numa crise sem precedentes que diminuiu sua influência política. Ela define uma ruptura do consenso fundador do sistema social alemão ao qual aderiam tradicionalmente os sindicatos, o patronato e os grandes partidos políticos, seja o partido social-democrata (SPD) ou o partido democrata-cristão, ligado ao movimento operário católico.

Este consenso repousava sobre três pilares. O primeiro é o Estado-Providência, fundado por Otto Von Bismarck no século XIX e depois consolidado pelos governos democrata-cristãos nos anos 50. O segundo, "a autonomia coletiva", se constitui

em um sistema de negociação coletiva no nível dos ramos profissionais, criado no início do século XX, cuja autonomia é plenamente reconhecida pelo

Estado depois da Segunda Guerra Mundial. E, por fim, no sistema de "co-determinação", nos estabelecimentos e empresas, conhecido na França pelo nome de "co-gestão", concedido ao movimento sindical pelos governos democrata-cristãos no decorrer dos anos 50 e reforçado por um governo social-democrata nos anos 70. Estes direitos se exercem principalmente nos conselhos de empresa e também nos conselhos de controle das grandes empresas.

Atualmente, o primeiro pilar é submetido a fortes ataques, que vêm do patronato, dos partidos democrata-cristãos e liberais e também do SPD, com o anúncio, pelo chanceler Gerhard Schröder,

Depois de ter conseguido o apoio sindical nas eleições, Schröder apresentou

de uma profunda remodelagem do sistema social. No entanto, por duas vezes, Schröder ganhou as eleições graças ao apoio das organizações sindicais. Em 1998, ele honrou suas promessas eleitorais, abolindo leis que diminuíam o auxílio-doença e a aposentadoria – votadas pelo governo de Helmut Kohl, apesar da intensa oposição dos sindicatos. Schröder, entretanto, voltou atrás depois de um certo tempo e implementou uma reforma no sistema das aposentadorias, que incorporaram um componente de capitalização. O movimento sindical acabou aceitando, com o argumento de que o princípio de repartição estava preservado e que os fundos de pensão complementares abririam um novo campo para a negociação coletiva.

RECUOS E DERROTAS

De uma forma implícita esta concordância era, também, a contrapartida de uma reforma da lei sobre os conselhos de empresas, que deveria facilitar a representação dos assalariados, principalmente nas pequenas empresas. Este compromisso, no entanto, não estava claro. No cenário tripartite do “Pacto pelo emprego” de 1988, as organizações sindicais aceitaram outras mudanças, com destaque para a fórmula de uma “política salarial moderada a médio prazo”, subscrita em janeiro de 2000. Esta se traduziu numa baixa real dos salários, sem concretizar a promessa de criação de novos empregos, apesar da IG Metal acabar decretando o “fim da

modéstia salarial”, apresentando uma reivindicação de recuperação salarial substancial, só obtida de maneira parcial.

Encarregada pelo governo de elaborar uma reforma da política de emprego, a “comissão Hartz” propôs, em agosto de 2003, medidas para melhorar a eficácia do Escritório Federal do Trabalho, exigindo mais sacrifícios aos desempregados. Os solteiros deveriam aceitar as ofertas de emprego menos bem pagos e mais distantes de seu domicílio. Em caso de recusa não suficientemente motivada, o salário-desemprego seria suspenso. Estas opções foram arrancadas do movimento sindical em troca da promessa, renovada pelo chanceler na campanha eleitoral, que não se diminuiria nem a duração nem o nível do salário-desemprego.

Depois de ter conseguido o apoio sindical nas eleições de outubro de 2002, o chanceler apresentou ao Parlamento, no dia 14 de março de 2003, um amplo

projeto de reforma do Estado-providência, chamado Agenda 2010. Este projeto está em contradição com suas promessas e prevê diminuição das prestações dos seguros-desemprego, doença e velhice, além da flexibilização dos direitos trabalhistas, principalmente para facilitar as dispensas nas pequenas empresas e para derrogar as convenções coletivas por ramo. Atende, desta forma, às reivindicações patronais recorrentes, diminuindo as taxas de cotizações sociais e ampliando a desregulamentação dos direitos trabalhistas.

REVIRAVOLTA POLÍTICA

Esta reviravolta política é o resultado de uma mudança profunda no ambiente ideológico na Alemanha. Após a vitória da coalizão vermelho-verde de Schröder, o neoliberalismo voltou a ganhar, rapidamente, sua hegemonia cultural na imprensa e na televisão. Em uma campanha de difamação sem precedente nos últimos anos, a imprensa, incluindo aquela habitualmente considerada de centro-esquerda, denunciou cotidianamente o poder político excessivo do “lobby sindical” – fator apontado como impeditivo para as reformas do Estado-providência consideradas necessárias para que se recupere a competitividade da economia alemã e condição prévia para a volta ao crescimento e à criação de emprego.

Mais do que nunca os sindicatos se encontravam quase totalmente isolados no debate público para se contrapor às teses da cartilha neoliberal, que sustenta-



Após a vitória de Gerhard Schröder, neoliberalismo voltou a ganhar a sua hegemonia na mídia alemã

projeto de reforma que prevê a flexibilização dos direitos trabalhistas

vam que o mau desempenho da economia alemã seria consequência de um custo muito alto do trabalho e de uma legislação do trabalho muito rígida. As teses não são novas, mas acabaram sendo incorporadas aos discursos dos dirigentes do SPD e dos Verdes e estabeleceram um novo patamar de justiça social: é considerado justo o que cria emprego. A criação de empregos necessitaria da moderação salarial e a diminuição de encargos sociais, daí os cortes no Estado-providência.

Estes ataques feriram um sindicalismo já mergulhado em uma crise estrutural profunda, e cuja base vinha diminuindo há cerca de dez anos. Partindo de uma cifra de 12 milhões de filiados em 1991, em razão da reunificação política e sindical, os sindicatos filiados à confederação sindical DGB não representavam mais que 7,7 milhões de filiados em fins de 2002 – e isso apesar da absorção do sindicato dos empregados DAG no ano anterior. Mantendo-se por muito tempo acima de 30%, a taxa de sindicalização da DGB hoje caiu para 20%.

AS RAÍZES DA CRISE

É verdade que estas perdas são o resultado, principalmente, das crises e das mudanças econômicas, como a queda do emprego na Alemanha do Leste e o crescimento do setor terciário. Mas elas revelam, também, uma certa perda de rumo dos assalariados, que se traduz pela ausência de novas filiações, principalmente entre os jovens, e

Elite denuncia o poder excessivo do “lobby sindical”, apontado como maior entrave para a competitividade

por uma perda de audiência. Quando das eleições dos comitês de empresa de 1988, dois terços dos eleitos eram membros de um sindicato da DGB. Na votação de 2002, eram somente 585. Mais dramático ainda: esta base sindical reduzida não parece mais compartilhar as convicções de seus líderes. Segundo uma pesquisa encomendada pela DGB, 48% dos filiados estimam que os cortes nos orçamentos sociais preconizados pelo governo Schröder são justos; somente 37% consideram estes cortes excessivos.

Esta divisão interna explica o pouco sucesso da mobilização contra a Agenda 2010 iniciada pela IG Metal e o sindicato dos serviços Verdi, que representam mais de dois terços dos filiados da DGB. Na jornada de ação nacional de 24 de maio de 2003, somente 90 mil trabalhadores participaram das doze manifestações públicas. É um número modesto, comparado às manifestações de 1º de novembro de 2003, organizadas sobre o mesmo tema pelo Attac, o Partido do Socialismo Democrático (PDS, ex-comunista), organizações sociais e alguns sindicatos, que reuniram 100 mil pessoas, somente em Berlim. Ainda é muito cedo para saber se isto representa uma erupção efêmera

ou se marca o início de uma política comum da mobilização dos sindicatos e organizações sociais, atualmente divididas.

Alguns dias antes da manifestação do dia 24 de maio, os dirigentes do sindicato químico IGBCE e de dois outros pequenos sindicatos fazem uma declaração comum reconhecendo a “necessidade de reformas” de Schröder e afirmando sua disponibilidade para dela participar. Este ponto de vista, minoritário no movimento, é, certamente, compartilhado por muitos sindicalizados, daí sua débil participação na manifestação. Como consequência desses desacertos internos sobre a estratégia a ser aplicada, as direções sindicais decidiram “suspender” a mobilização dos filiados e dar prioridade à negociação com o governo, na esperança de poder modificar certos detalhes do projeto.

NEGOCIAÇÃO FRUSTRADA

Até o congresso extraordinário do SPD em junho de 2003, que acabou adotando a Agenda 2010 de forma quase unânime (90% dos votos), os sindicatos apostaram na sua influência indireta sobre o partido. Segundo cálculos efetuados pela imprensa e pelos sindicatos, três quartos dos deputados social-democratas são membros da DGB. Mesmo sem atingir este percentual, o grau de sindicalização dos membros do partido é, igualmente, considerável. Apesar desta influência numérica, os sindicatos não lograram forçar o partido a rejeitar o plano do governo



Schröder. O máximo que conseguiram foram algumas melhoras parciais, que o governo negociou depois na troca de favores com a oposição democrata-cristã para conseguir um voto favorável no Bundesrat (segunda Câmara) para a adoção definitiva do conjunto do projeto da Agenda 2010.

Como explicar este fracasso? Como tinham feito os sindicatos com as recomendações da Comissão Hartz, a ala esquerda do partido parece, como um reflexo de sobrevivência, ter escolhido o que ela pensa ser o mal menor: antes aceitar o projeto Schröder, melhorando em detalhes, do que favorecer a vitória dos democratas-cristãos e seu projeto de desregulamentação social – julgado mais radical e abertamente anti-sindical.

Os sindicatos, em parte, são responsáveis pela deterioração de sua imagem, pois sempre negligenciaram justificar teoricamente os acordos que fechavam nas negociações, quer seja em nível nacional, setorial ou por empresa. Contentando-se em mascarar estas práticas por uma retórica maximalista, os dirigentes sindicais sentem crescentes dificuldades em se comunicar com a massa dos assalariados e até mesmo com seus próprios filiados, majoritariamente mais

moderados. O movimento sindical não tem um projeto alternativo confiável, uma nova síntese que seja capaz de superar as divergências internas. Os raros intelectuais que permaneceram próximos dos sindicatos não têm, também, receitas novas para lhes propor. Alguns lhes recomendam abandonar a ação política e se concentrar no trabalho tradicional da negociação coletiva.

POLÍTICA SEM RESULTADOS

Desta forma, os sindicatos sentem atualmente dificuldade crescente para manter seu papel. Em junho de 2003, a IG Metal foi, pela primeira vez em cinquenta anos, obrigada a suspender uma greve sem resultado positivo. É verdade que se tratava de uma situação particular: um movimento pela introdução das 35 horas na Alemanha do Leste. Mas isto, também, revelou uma fissura no seio dos filiados entre Leste e Oeste. São os conselhos de empresa das grandes empresas do Oeste que recusaram a solidariedade com seus colegas do Leste, com temor de colocar suas empresas em dificuldade e seus empregos em perigo. Isto coloca em evidência a vulnerabilidade dos sindicatos diante do

corporativismo de empresa e da ameaça do desemprego. Reivindicando uma maior descentralização da negociação coletiva, os empregadores esperam explorar ainda mais essa situação. Insatisfeitos com as cláusulas de abertura já introduzidas em um grande número de convenções coletivas por ramo, eles pediram uma lei tornando-as obrigatórias. Isso teria como resultado um questionamento do segundo pilar do sistema social alemão, a negociação por ramo, e um enfraquecimento suplementar dos sindicatos. O próprio Schröder abre a caixa de Pandora, incluindo na sua Agenda 2010 a ameaça de uma intervenção legislativa se os atores sociais não chegarem a um acordo sobre esta questão. A oposição democrata-cristã aproveitou a oportunidade, apresentando um projeto de lei ao Bundesrat para abolir parcialmente o “princípio do favor”, que dá prioridade à convenção por ramo e proíbe acordos derogatórios negociados pelos conselhos de empresa.

Os democratas-cristãos esperavam conseguir o apoio dos sociais-democratas para este projeto de lei em troca de seu consentimento para a adoção final da Agenda 2010. No compromisso final de 15 de dezembro de 2003, os sociais-democratas fizeram um grande número de concessões, aceitando, principalmente, liberar a aplicação da lei sobre demissões, mas recusaram toda proposta que atingisse a prioridade da convenção de ramo. É, desta forma, o único ganho que os sindicatos alcançaram: um débil resultado que não consegue esconder a avaliação de uma importante derrota.

Udo Rehfeldt é pesquisador do Institut de Recherches Economiques et Sociales (IRES), Noisy-le-Grand.
Tradução de Celeste Marcondes

O desmonte do Estado e a ética do trabalho

O caso Valdomiro vem servindo para muita coisa. A oposição, de olho no enfraquecimento das forças que assumiram o poder, ganhou importantes aliados que questionam, com razão, o primeiro partido popular que ascendeu a Presidência da República na história brasileira e que ostentava entre seus princípios a ética na condução dos negócios do Estado.

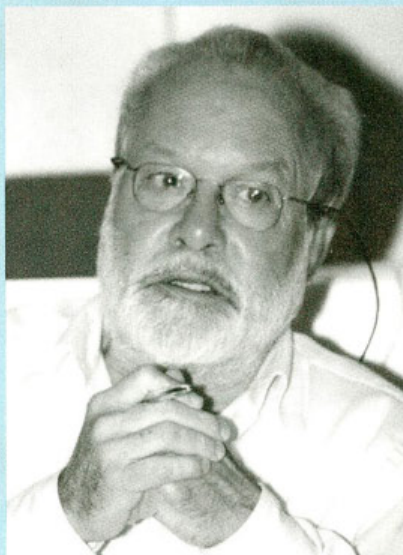
Porém, todos sabem ser esperteza, má fé ou ingenuidade supor que esta simples ascensão desmontasse a própria essência de um Estado, como o brasileiro, que como tantos outros estados capitalistas, por sê-lo, tem como primado beneficiar de todos os modos, inclusive, com corrupção, os interesses do capital.

DESMONTE DO ESTADO

Deixando de lado os Valdomiros da vida, que não são poucos, e trazendo a questão da ética para o âmbito do trabalho, a proposta é abordar, nos limites deste artigo, a ética do trabalho no serviço público.

Ao longo dos últimos vinte anos, o Estado Brasileiro vem desmontando a si próprio, encolhendo o seu tamanho e funções, repassando para o mercado – esta entidade mítica e impalpável, no fundo o próprio capital – a administração dos bens

HERVAL PINA RIBEIRO



Serviços públicos são transformados em bens lucrativos pelo capitalismo

e necessidades públicas essenciais.

Essas atividades sociais, antes sob responsabilidade direta do Estado, quase em bloco migraram para a categoria das atividades econômicas geradoras de lucros para a classe empresarial, transformando-se em bens de consumo como outro qualquer. Escaparam, assim, do controle do próprio Estado e da sociedade, cabendo aos seus usuários apelarem tão somente para os órgãos de defesa do consumidor.

SINDICALISMO DE RESULTADOS

Por necessidade de emprego e sobrevivência e contaminada ideologicamente pelos arautos do *Estado mínimo*, a classe trabalhadora do setor de serviços se inclinou fortemente para posições conservadoras, arrastando consigo as suas entidades representativas. Mesmo

a mais promissora de suas centrais e os sindicatos mais combativos vêm cedendo à estratégia do *sindicalismo de resultados*.

Nessa esteira imediatista e com esta visão corporativista elementar, este sindicalismo não é capaz de fazer distinção da natureza do empregador, tratando o privado e o público como iguais, como se a mesma lógica de exploração presidisse tanto as atividades econômicas lucrativas, como as atividades sociais, ajudando com seus discursos, atitudes e ações, a privatização do que resta sob a responsabilidade do Estado.

PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE

Atitudes defensivas, individuais, de faltar ao trabalho, de ser impontual, de valer-se de atestados médicos e outras que os trabalhadores sempre praticaram nas empresas privadas são recursos freqüentes, mas de baixa eficácia em termos de poupar força de trabalho e preservar a saúde. Não têm eficácia porque seu impacto sobre a produção e sobre a produtividade sobrecarrega os que permanecem trabalhando.

Nos serviços públicos essenciais, como a saúde, além desta sobrecarga romper com o princípio da solidariedade de classe, elas atingem um importante segmento da população, a dos doentes, que integram a classe trabalhadora. Acabam sendo, portanto, atitudes anti-sociais que rompem com a ética do trabalho.

Herval Pina Ribeiro é professor-doutor em saúde pública e pesquisador da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Um breve histórico da CSC



Arquivo CSC

III Congresso Nacional da CSC, em 1996, Salvador

A Corrente Sindical Classista (CSC) luta pelos direitos dos trabalhadores, participa da luta política e tem como objetivo estratégico a conquista do socialismo

AUGUSTO CÉSAR PETTA

A história do movimento sindical brasileiro tem início no final do século XIX, quando surgem as primeiras indústrias no país. Vivendo uma situação extremamente precária, os trabalhadores começam a desenvolver, de forma incipiente, a consciência de classe.

No início do século XX, sob a influência dos anarquistas, o movimento sindical cresce, destacando-se a fundação da Confederação Operária Brasileira (COB) no Rio de Janeiro, em 1906, e a importante greve de 1917 em São Paulo, que paralisou cerca de 50 mil trabalhadores. Neste ano, ocorre a Revolução Russa e cresce a influência marxista nos sindicatos de trabalhadores de vários países, inclusive no Brasil.

Numa sociedade de classes, em que a burguesia detém o poder do capital e os trabalhadores vendem sua força de trabalho sob o efeito

devastador da mais-valia, o sindicalismo classista assume a defesa intransigente dos trabalhadores.

A partir de 1922, com a fundação do Partido Comunista do Brasil, os sindicalistas comunistas e, portanto, classistas, passam a se destacar na luta sindical. Em 1929 nasce a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), sob hegemonia dos comunistas. Em 1934 é fundada a Confederação Sindical Unitária; logo após o final da 2ª guerra é fundado o Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT); em 1946 é criada a Confederação dos

Trabalhadores do Brasil (CTB); em 1962 é fundado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Todas estas iniciativas contaram com a participação marcante dos classistas.

A volta do movimento sindical à cena política nacional, após o golpe militar de 1964, ocorre a partir de 1978 com as greves dos metalúrgicos do ABC paulista. Outras greves, vitórias e oposições combativas e manifestações de várias categorias marcaram o período que se estende durante os anos 80.

Em 1981, ocorre o Congresso das Classes Trabalhadoras (Conclat), na Praia Grande. Os classistas defendem a fundação de uma única central sindical para evitar a divisão, tão pretendida pelas forças ligadas ao capital. No entanto, a unidade não foi alcançada. Em 1983 foi fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e em 1986 nasce a Confederação Geral dos

A CSC é hoje a segunda força no interior da CUT; preside as seções estaduais na Bahia, Rio e Minas Gerais

Trabalhadores (CGT). Abre-se espaço para fundação de outras centrais: Força Sindical (FS), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Social Democracia Sindical (SDS), Central Autônoma dos Trabalhadores e outras menos conhecidas.

FUNDAÇÃO DA CSC

Em decorrência destas divisões e da necessidade de consolidar um pólo que aglutinasse os setores classistas, em abril de 1988 é realizada em Campinas (SP) uma Plenária Nacional de Entidades Sindicais. Foi formalizada a fundação de “uma Corrente Sindical Classista que, defendendo intransigentemente um sindicalismo de luta e unitário, esteja aberta a todas as forças progressistas do sindicalismo nacional”. Bandeiras de luta foram aprovadas na plenária, entre elas: suspensão do pagamento da dívida externa, defesa dos direitos sociais, unicidade sindical e eleições diretas para presidente da República.

Em 1989, no Rio de Janeiro, ocorre o I Congresso da CSC. Uma das decisões fundamentais foi a de que a CSC constituir-se-ia numa articulação nacional, independente das centrais, porém propondo-se a aliança prioritária com a CUT. Em 1990, também no Rio de Janeiro, ocorre o II Congresso da CSC. Decidiu-se que as entidades sindicais sob influência classista deveriam se filiar a CUT, mantendo a sua fisionomia própria, acatando as decisões democráticas tomadas nos fóruns da central.

No III Congresso, em 1996, destacam-se as resoluções relativas à resistência ao neoliberalismo e ao governo FHC. Na questão sindical, a CSC posiciona-se

contra o sindicato orgânico proposto pela CUT, ao mesmo tempo em que reafirma a proposta de sindicato único por ramo de atividade. No IV Congresso, em 1999, a CSC já aponta o fracasso da política neoliberal. No terreno sindical, enfatiza-se a importância da organização por local de trabalho com estabilidade de emprego.

No último Congresso da CSC, em 2002, em Belo Horizonte, aprova-se que “a CSC serve à ação de massas, é plataforma de luta, articuladora de campanhas, mobilizadora dos sindicatos e dos trabalhadores para o combate. O papel da CSC é orientar os sindicatos e mobilizar os trabalhadores para lutar pelos seus direitos e contra o capitalismo”.

A CSC é hoje a segunda força no interior da CUT, tendo a presidência das CUTs da Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Está na direção de várias CUTs estaduais, confederações, federações e de inúmeros sindicatos e tem tomado iniciativas de se integrar aos classistas de outros países, principalmente os latino-americanos.

DESAFIOS DA ATUALIDADE

Na conjuntura atual, a CSC considera um avanço significativo, na luta contra o neoliberalismo, a eleição de Lula à Presidência da República. Baseada na luta pelo desenvolvimento nacional com valorização do trabalho e mantendo a sua independência, a CSC apóia as iniciativas do governo Lula que caminhem nesta direção e se opõe às iniciativas que forem contrárias aos interesses dos trabalhadores.

O congresso de 2002 definiu que: “O objetivo da CSC é ser uma corrente ampla, capaz de



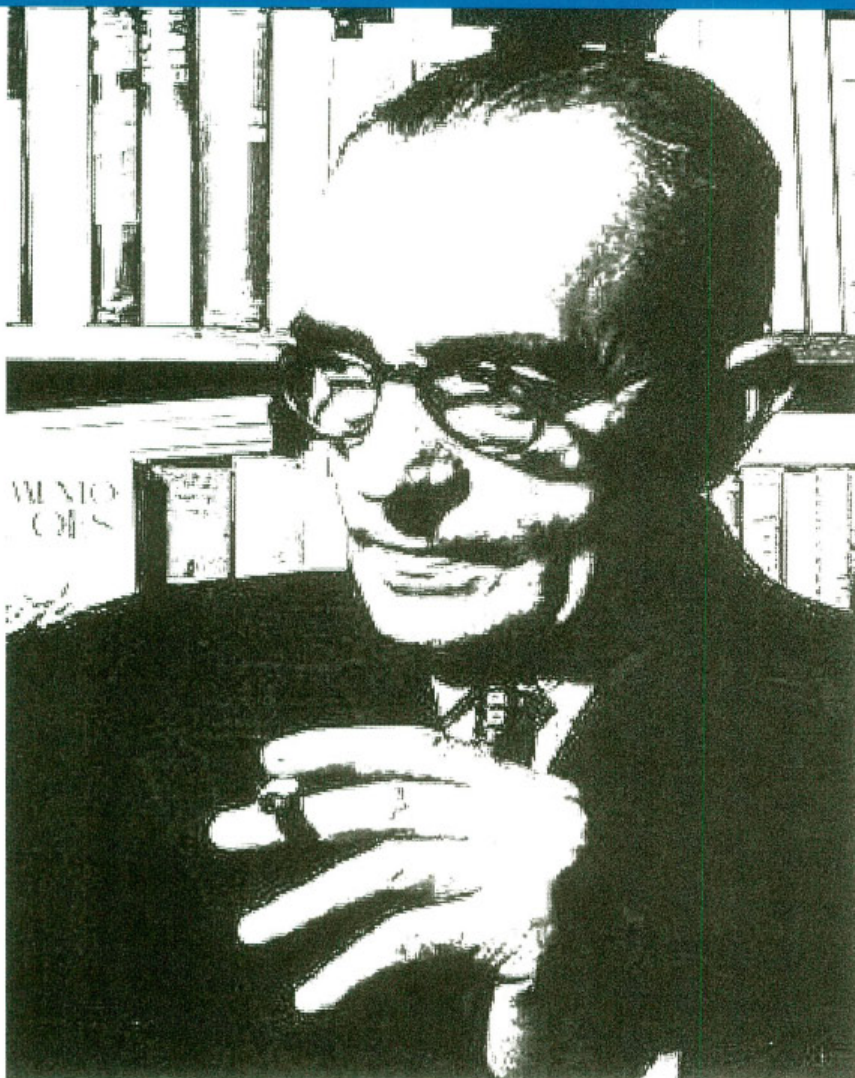
4º Congresso da CSC, em 1999, Rio de Janeiro

atrair todos os sindicalistas que concordem com os princípios e as propostas do sindicalismo classista. Não se trata de uma central sindical. Sua vocação é potencializar a ação do sindicalismo combativo e, na luta, ser a referência para atrair suas lideranças mais conseqüentes. Os sindicatos hegemonizados pela CSC devem ter a marca do combate”.

BIBLIOGRAFIA

- BORGES, ALTAMIRO. *Origem dos sindicatos*. Apostila do curso nacional de formação de monitores e de lideranças sindicais. Centro de Estudos Sindicais, São Paulo, s/d;
- BUONICORE, AUGUSTO. *História do movimento sindical brasileiro*. Apostila do curso nacional de formação de monitores e lideranças sindicais. Centro de Estudos Sindicais, São Paulo, s/d;
- COSTA, SÍLVIO. *Tendências e centrais sindicais*. Editoras Anita Garibaldi e UCG, São Paulo, 1995;
- Documentos do 5º Congresso Nacional da CSC. Caderno de resoluções, São Paulo, 2002;
- LEMONS, JOÃO BATISTA. *Uma nova estrutura sindical para o novo tempo em nosso país*. Documento aprovado na reunião da coordenação nacional da CSC em outubro de 2003.

Augusto César Petta é coordenador de formação sindical do Centro de Estudos Sindicais (CES) e diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee) e do Sindicato dos Professores de Campinas



Mestre Graça

No ano passado, o Brasil homenageou Graciliano Ramos. Mesmo com atraso, a *Debate Sindical* reverencia este autor em que a beleza estética da obra e a pureza moral do homem constituem um monumento perene em nossa cultura

RONIWALTER JATOBÁ

Se em 2002 foram comemorados os 110 anos de nascimento de Graciliano Ramos, 2003 foi dedicado à lembrança dos 50 anos de sua morte e à celebração dos 70 anos da publicação do seu primeiro romance, *Caetés* (1933), e dos 40 anos da realização do primeiro filme baseado em sua obra-prima *Vidas Secas* (1963), por Nelson Pereira dos Santos.

Graciliano Ramos, ou Velho Graça, ou Mestre Graça, como o chamavam carinhosamente, é um dos mais importantes escritores da moderna prosa brasileira. Nasceu em Quebrangulo, Alagoas, em 27 de outubro de 1892. Era o mais velho dos 15

filhos de um casal sertanejo de classe média. "Meu pai, Sebastião Ramos, negociante miúdo, casado com a filha dum criador de gado, ouviu os conselhos de minha avó, comprou uma fazenda em

A preocupação com os problemas sociais do povo brasileiro, especialmente do nordestino, foi sempre o traço primordial da obra do Mestre Graça

Buíque, Pernambuco, e levou para lá os filhos, a mulher e os cacarecos", lembrou o escritor anos mais tarde.

Graciliano fez os estudos secundários em Maceió, mas não cursou nenhuma faculdade. Em 1910, foi morar em Palmeira dos Índios, onde seu pai era comerciante. Em 1914, após uma rápida passagem pelo Rio de Janeiro, onde trabalhou como revisor, voltou à cidadezinha. A partir daí, começou a vida política e jornalística. Foi prefeito do município entre 1928 e 1930 e ali escreveu seu primeiro romance, *Caetés*.

De 1930 a 1936, morou em Maceió, onde era responsável pela

direção da Imprensa e Instrução do Estado. Nesse período produziu os romances *São Bernardo* e *Angústia*. O primeiro é marcado pelo sentimento de propriedade que move o seu personagem principal, Paulo Honório, cuja obstinação é tornar-se fazendeiro. Já em *Angústia* conta-se a história de Luís da Silva, que é fruto de uma sociedade rural em decadência e carrega consigo o nojo pelos outros e por si mesmo. De acordo com os críticos, o clima de opressão do romance e o drama vivido por Luís da Silva fazem do livro um estudo sobre a frustração.

Em 1936, devido a suas posições políticas contrárias ao governo de Getúlio Vargas, Graciliano foi preso e deportado para o Rio de Janeiro. O escritor narra essa experiência no seu livro-testemunho: *Memórias do Cárcere*. Solto, permaneceu no Rio, onde continuou o seu trabalho literário. Em 1938, escreveu sua obra-prima, *Vidas Secas*, onde se narra a história de uma família e sua cachorra Baleia perambulando pelo sertão nordestino, numa tentativa de fugir da miséria da caatinga tórrida e agreste.

MILITÂNCIA POLÍTICA

No final da II Guerra Mundial, em 1945, Graciliano já era considerado um dos maiores romancistas brasileiros. Nesse mesmo ano, ingressou no Partido Comunista do Brasil. Segundo o escritor e professor Dênis de Moraes, Graciliano fez parte de uma geração de intelectuais que, após a derrocada do Estado Novo, mergulhou de corpo e alma na militância política, muitos deles filiando-se ao PC. A idéia de que, com a vitória dos aliados na II Guerra Mundial, o mundo poderia ser repensado em bases

AUTO-RETRATO (AOS 56 ANOS)

- Nasceu em 1892, em Quebrangulo, Alagoas
- Casado duas vezes, tem sete filhos
- Altura 1,75
- Sapato n.º 41
- Colarinho n.º 39
- Prefere não andar
- Não gosta de vizinhos
- Detesta rádio, telefone e campanhas
- Tem horror às pessoas que falam alto
- Usa óculos. Meio calvo
- Não tem preferência por nenhuma comida
- Não gosta de frutas nem de doces
- Indiferente à música
- Sua leitura predileta: a Bíblia
- Escreveu *Caetés* com 34 anos de idade
- Não dá preferência a nenhum dos seus livros publicados
- Gosta de beber aguardente
- É ateu. Indiferente à Academia
- Odeia a burguesia. Adora crianças
- Romancistas brasileiros que mais lhe agradam: Manoel Antônio de Almeida, Machado de Assis, Jorge Amado,

José Lins do Rego e Rachel de Queiroz

- Gosta de palavras escritos e falados
- Deseja a morte do capitalismo
- Escreveu seus livros pela manhã
- Fuma cigarros *Selma* (três maços por dia)
- É inspetor de ensino, trabalha no *Correio da Manhã*
- Apesar de o acharem pessimista, discorda de tudo
- Só tem cinco ternos de roupa, estragados
- Refaz seus romances várias vezes
- Esteve preso duas vezes
- É-lhe indiferente estar preso ou solto
- Escreve à mão
- Seus maiores amigos: Capitão Lobo, Cubano, José Lins do Rego e José Olympio (*)
- Tem poucas dívidas
- Quando prefeito de uma cidade do interior, soltava os presos para construírem estradas
- Espera morrer com 57 anos (**).

* Capitão Lobo comandava o quartel em que esteve preso no Recife, em 1936; Cubano foi um ladrão que ele conheceu na cadeia. José Lins do Rego, escritor. José Olympio, editor.

** Morreu com 61 anos.

O MANDAMENTO DO ESCRITOR

“Deve-se escrever da mesma maneira como as lavadeiras lá de Alagoas fazem seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada, molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Colocam o anil, ensaboam e torcem uma, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando a água com a mão. Batem o pano na

laje ou na pedra limpa, e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa. A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer”.

UM CIDADÃO INSUBORNÁVEL

Durante os anos de 1929 e 1930, Graciliano Ramos enviou dois relatórios sobre a sua atuação à frente da prefeitura de Palmeira dos Índios ao governador do Estado. Ao ter conhecimento destes relatos, o poeta e editor Augusto Frederico Schmidt suspeitou que o autor devia ter um romance na gaveta e manifestou desejo de editá-lo. Seduziu-o a linguagem nada burocrática, mas criativa e com “o fel da ironia”. Incluídos no livro *Viventes das Alagoas*, seus balanços administrativos (veja trechos abaixo) são exemplos de como o administrador deve ser honesto com o dinheiro público.

“Exmo. Sr. Governador: Trago a V. Ex.^a um resumo dos trabalhos realizados pela prefeitura de Palmeira dos Índios... Não foram muitos, que os nossos recursos são exíguos. Assim minguados, entretanto,

quase insensíveis ao observador afastado, que desconheça as condições em que o município se achava, muito me custaram. O principal, o que sem demora iniciei, o de que dependiam todos os outros, segundo creio, foi estabelecer alguma ordem na administração.

Havia em Palmeira dos Índios inúmeros prefeitos: os cobradores de impostos, o comandante do destacamento, os soldados, outros que desejassem administrar. Cada pedaço do município tinha a sua administração particular, com prefeitos coronéis e prefeitos inspetores de quarteirões. Os fiscais, esses, resolviam questões de polícia e advogavam. Para que semelhante anomalia desaparecesse lutei com tenacidade e encontrei obstáculos dentro da prefeitura e fora dela – dentro, uma

resistência mole, suave, de algodão em rama; fora, uma campanha sorna, oblíqua, carregada de bÍlis... Dos funcionários que encontrei em janeiro do ano passado restam poucos: saíram os que faziam política e os que não faziam coisa nenhuma... Não sei se a administração do município é boa ou ruim. Talvez pudesse ser pior.

Não favoreci ninguém. Devo ter cometido numerosos disparates. Todos os meus erros, porém, foram de inteligência, que é fraca. Perdi vários amigos, ou indivíduos que possam ter semelhante nome. Não me fizeram falta. Há descontentamento. Se a minha estada na prefeitura por estes dois anos dependesse de um plebiscito, talvez eu não obtivesse dez votos. Paz e prosperidade”.

mais igualitárias passou a identificar-se com as propostas socialistas.

A missão social do artista consistiria em produzir obras e reflexões comprometidas com as causas populares. Dessas convicções partilhavam escritores como Graciliano, Jorge Amado, Aníbal Machado, Astrogildo Pereira, Álvaro Moreyra, Dalcídio Jurandir, Dionélcio Machado, Moacir Werneck de Castro e Caio Prado Júnior; e artistas plásticos como Cândido Portinari, Di Cavalcanti, Carlos Scliar, Djanira, José Pancetti, Israel Pedrosa e Bruno Giorgi.

Em 1951, Graciliano foi eleito



presidente da Associação Brasileira de Escritores. Um ano depois, viajou para a então URSS e visitou outros países socialistas, o que resultou no livro *Viagem*. Faleceu de câncer em 20 de março de 1953, aos 61 anos de idade, no Rio de Janeiro.

Observação e vivência são presenças marcantes no Mestre Graça. A preocupação com os problemas sociais do povo brasileiro, especialmente do nordestino, foi sempre o traço primordial de sua obra. Assim, o escritor definiu a sua literatura à irmã Marili Ramos de Oliveira, aprendiz de ficcionista, em 1949: “Só conseguimos deitar no papel

os nossos sentimentos, a nossa vida. Arte é sangue, é carne. Além disso, não há nada. As nossas personagens são pedaços de nós mesmos, só podemos expor o que somos”.

Para o crítico Tristão de Athayde, Graciliano era “um homem íntegro e ficará na história de nossas letras como a imagem do escritor em sua mais pura expressão. Isto é, de homem e de obra incorporados numa mensagem e num exemplo em que a beleza estética da obra e a pureza moral do homem constituem um monumento perene em nossa cultura de todos os tempos”.

Roniwalter Jatobá é jornalista e escritor, autor de oito livros de ficção e história, entre eles *Crônicas da vida operária*, *O pavão misterioso* e outras memórias. Organizou a antologia de contos *Trabalhadores do Brasil – Histórias do povo brasileiro*.



No período histórico de declínio do capital é que se torna perceptível a crescente dificuldade de se obter *ganhos defensivos*; explicitam-se os limites estruturais do sindicalismo

movimento sindical ^[2]. Na verdade, a tese da crise do sindicalismo como expressão de seu declínio irremediável nunca foi sustentável. Apega-se a indicadores empíricos

contingentes, de cariz *quantitativo*, desprezando as determinações sócio-estruturais do modo de produção capitalista. O sindicato e o sindicalismo são um fato estrutural da modernização capitalista ^[3].

Ora, a questão é saber, primeiro, qual a *teleologia política* desta recuperação do movimento sindical e, segundo, verificar se, para além da *crise do sindicalismo* não estaríamos vislumbrando a mera reposição do *sindicalismo da crise*, cujo pragmatismo cinzento da defensividade sindical atinge setores outrora identificados com a luta de classes.

O que se deve discutir é o conteúdo político-ideológico da prática sindical. Mais do que

Nos últimos trinta anos, estudiosos europeus têm discutido a crise do sindicalismo e, no caso do Brasil, desde os primórdios da década passada, a partir da ofensiva neoliberal, começou-se a falar em crise do movimento sindical. Procurou-se caracterizar a crise pela queda nos índices de sindicalização e pela diminuição do número de greves. Entretanto, num pequeno ensaio intitulado “A crise do sindicalismo” ¹¹, publicado em 2003, Armando Boito destaca que o sindicalismo está dando claros sinais de recuperação, frustrando, portanto, aqueles cientistas sociais, como Leôncio Martins Rodrigues, que previram o declínio irreversível do

Para garantir a preservação de espaços burocrático-institucionais, o *sindicalismo*

índices de sindicalização e diminuição do número de greves, a teleologia política da práxis sindical é que poderá nos indicar os sinais de vitalidade do sindicalismo. Na medida em que o sindicalismo perde seus nexos ético-políticos com a utopia socialista, ele expõe seus limites estruturais diante da lógica do capital. Manifesta-se, mais do que nunca, sua crise estrutural – eis a verdadeira lição do século XX.

O que emerge com o novo “bloco histórico” que se constitui a partir da crise estrutural do sistema do capital é o que podemos considerar como o *sindicalismo da crise*. É uma forma político-ideológica (e institucional) de práxis sindical e de teleologia política do sindicalismo que atinge setores do movimento sindical outrora vinculados à luta anticapitalista. Ele assume a forma de um sindicalismo neocorporativo e de participação e se desenvolveria nos pólos mais desenvolvidos do sistema mundial do capital.

O sindicalismo neocorporativo e de participação é a forma sócio-política do sindicalismo que se desenvolveria no período histórico de declínio do capital. É neste período que se torna perceptível, mais do que nunca, a crescente dificuldade e, por fim, impossibilidade de obter *ganhos defensivos* – ao molde do passado – através das existentes *instituições defensivas* ^[4]. Explicitam-se, deste modo, os limites estruturais do sindicalismo.

Ora, ao deslocarmos o debate para o *sindicalismo da crise*, poderemos apreender uma nova dimensão da luta de classes: a luta político-ideológica, que diz

respeito à captura da subjetividade dos “intelectuais orgânicos” da classe trabalhadora pelos valores da ordem do capital (*vide* o caso da esquerda sindicalista da CUT e do PT nos últimos quinze anos).

As contradições exacerbadas do sistema capitalista explicitam a necessidade da práxis sindical como signo irremediável da luta de classes. É por isso que se amplia, nas fronteiras da modernização do capital, a irrupção da práxis sindical como forma contingente de resistência da força de trabalho à exploração capitalista em ritmo de barbárie. É por isso que Boito constata que o sindicalismo está em ascensão na Ásia, porque é lá que reside a última fronteira da modernização global, sob os auspícios das corporações transnacionais. Este é um dado prático-empírico incontestável.

Mas, e eis o buslís da questão, as contradições sistêmicas do capital explicitam não apenas o *valor* do sindicalismo, mas seus *limites estruturais* diante da lógica do capital em processo. É claro que o desenvolvimento do sindicalismo da crise é desigual e combinado. Mas é nos pólos mais desenvolvidos do sistema, os países capitalistas centrais e não na Ásia, que o sindicalismo expõe

seus limites estruturais (basta verificar suas dificuldades para barrar a destruição do *Welfare State* e a precarização das relações salariais).

Diante da crise, os sindicatos podem se preservar como elementos de mediação sócio-institucional de corporações assalariadas com alguma capacidade de intervenção social e política (a ideologia do *tripartismo* é sua expressão mais avançada). Entretanto, o que parece ser virtude é, na verdade, o velho vício do pragmatismo sindical e do neocorporativismo. Para garantir a mera preservação de seus espaços burocrático-institucionais, o *sindicalismo da crise* contenta-se em incorporar o discurso da ordem do capital.

**Um sindicalismo
que não faz a
crítica do capital
é incapaz de lidar
com a “nova era
das desigualdades”**



da crise contenta-se em incorporar o discurso da ordem do capital

INSTITUIÇÕES DEFENSIVAS

O cenário é perverso para o sindicalismo classista: os sindicatos, principalmente os que pleiteiam um mundo mais justo e igualitário, tornam-se cada vez mais *anacrônicos* para o capital, em virtude das pressões concretas postas pela crise estrutural do capital, pelo desmonte do *Welfare State* e devido a um novo regime de acumulação flexível sob a dominância do capital financeiro (o tempo do capital é, agora, o da barbárie). Este é um dado estrutural e *não* meramente conjuntural, que coloca “a necessidade da ofensiva das instituições defensivas”, como observa Mészáros.

Além disso, não podemos

desprezar que presenciamos uma transformação profunda do mercado de trabalho e da própria dinâmica do emprego assalariado no modo de produção capitalista. Finalmente, uma outra determinação essencial do sindicalismo da crise é que ele expressa, em si e para si, a crise do *partido do proletariado* e de uma direção política orgânica do movimento da classe dos trabalhadores assalariados e do mundo do trabalho.

Portanto, o sindicalismo da crise se constitui não apenas a partir das determinações estruturais da crise do sócio-metabolismo do capital e de suas *instituições defensivas*. Ele decorre da crise histórica do partido (e da ideologia) socialista do século XX.

Este é um dado histórico decisivo.

Seria este sindicalismo da crise (e seus “intelectuais orgânicos”) capaz de articular uma crítica da economia política e, portanto, apresentar uma perspectiva de classe? Será que sua burocratização histórica não dificultaria o diálogo com contingentes precários do mundo do trabalho, não apenas trabalhadores assalariados empregados, mas os excluídos do emprego? Enfim, será que um sindicalismo cuja teleologia política se recusa a incorporar, no plano prático-teórico, a crítica do capital, é capaz, em si e por si, de lidar com a “nova era das desigualdades” (o eufemismo da era do capital)?

Muitas reflexões da sociologia do sindicalismo são interessantes, porém inócuas, pois parecem incapazes de tratar da crise de um sócio-metabolismo da qual o sindicato e sua prática econômico-corporativa é parte intrínseca: o sócio-metabolismo do capital.

BIBLIOGRAFIA

- [1] BOITO, ARMANDO. “A crise do sindicalismo”, in Santana, Marco Aurélio e Ramalho, José Ricardo (org.), *Além da fábrica*. Editora Boitempo, São Paulo, 2003.
- [2] RODRIGUES, LEÔNIO MARTINS. *Destino do sindicalismo*. Editora Edusp/Fapesp, São Paulo, 1999.
- [3] ENGELS, FRIEDRICH E MARX, KARL. *Sindicalismo* (antologia). Editora Ched, São Paulo, 1980.
- [4] MÉSZÁROS, ISTVAN. *Para além do capital*. Editora Boitempo, São Paulo, 2002.

Giovanni Alves é doutor em ciências sociais pela Unicamp, professor de sociologia da Unesp/Marília e autor de *O novo e precário mundo do trabalho* (Boitempo) e *Os limites do sindicalismo* (Práxis). Endereço eletrônico: giovanni.alves@uol.com.br.



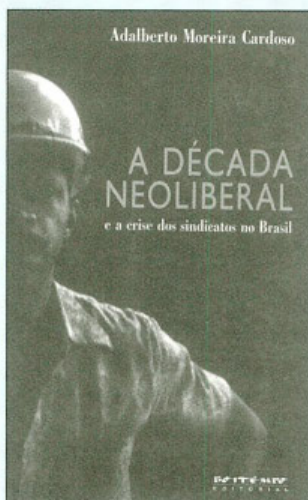
Victor Soares/ABR

O sindicalismo diante de modelos antagônicos

A nova conjuntura política do Brasil coloca enormes desafios para o sindicalismo. No debate em curso sobre a reforma sindical e trabalhista surgem diferentes concepções a cerca do futuro do trabalho e dos sindicatos. Como romper com o modelo neoliberal de relações de trabalho? Quais estratégias sindicais devem ser adotadas? Como deve ser a relação entre sindicato, partido e Estado. Diante de questões tão complexas, a edição do livro *"A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil"* é muito oportuna.

O autor realiza uma ampla investigação, enfocando com conceitos bem definidos e com riqueza de dados, as diferentes dimensões e manifestações da atual crise do sindicalismo. O interesse maior do livro é a demonstração de que a perda de poder e de representatividade dos sindicatos no Brasil é resultado da vinculação entre os efeitos estruturais, relacionados à globalização neoliberal e a reestruturação produtiva, e as estratégias adotadas pelos sindicatos, lideranças e centrais no enfrentamento da ofensiva neoliberal.

A partir da análise da crise sindical que atingiu as potências capitalistas na década de 80, o autor busca compreender as particularidades da crise no Brasil. Ele considera que desde os anos 90 vem ocorrendo uma transição do modelo legislado de relação do trabalho para um modelo neoliberal. Entre seus efeitos, destaca o fato de que a nova formatação do Estado provocou a "despolitização das relações econômicas" e a crescente deslegitimação do Direito do Trabalho e de instituições como o sindicato.



A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil.
Adalberto Moreira Cardoso.
 Boitempo Editorial,
 São Paulo, 2003

POR CLOTILDE LEMOS PETTA

"Em nenhum lugar do mundo se fala a sério sobre essa diluição do direito do trabalho, exceto no terceiro mundo e, certamente, no Brasil... Apenas aqui não se reconheceu que o mercado deixado a si mesmo, o mercado sem o Estado, é a guerra. É esse o risco maior da flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho tal como proposto pelos vencedores da guerra ideológica na década neoliberal", enfatiza.

Na sequência, o autor avalia criticamente as opções estratégicas das lideranças sindicais. Ele enfrenta com ousadia questões polêmicas. Contrariando a maioria dos analistas, ele recusa a "satanização" da estrutura sindical herdada da Era Vargas, destacando sua importância para o crescimento dos sindicatos no país. No entanto, isto não o impede de afirmar que, após a Constituição de 1988, a liberação

parcial e a ausência de regulamentação sobre a criação e custeio dos sindicatos resultaram num "Frankenstein incontrolável".

Neste ponto, vale polemizar com algumas opiniões do autor. Ele diz que a oposição à reforma sindical de FHC expressou o interesse de autopreservação dos sindicalistas. Desconsidera que na adversa correlação de forças, esta contra-reforma enfraqueceria ainda mais os sindicatos. Em outra lacuna, desconsidera que as empresas aumentaram a repressão nos locais de trabalho e a demissão de ativistas. A criticada criação de novos sindicatos foi a resposta encontrada para garantir estabilidade a um maior número de diretores.

Outro limite surge quando identifica a influência de idéias neoliberais na Força Sindical, mas apresenta as opções da CUT como necessárias à sobrevivência. Avalia que esta estratégia garantiu a representatividade do sindicalismo cutista e que a "indiferenciação entre capital e trabalho" foi o preço a ser pago. Desta forma, Cardoso minimiza os efeitos da incorporação de valores sociais-democratas pela central.

O registro destes limites de forma alguma desmerece a valiosa contribuição deste livro que, sem dúvida, é uma importante referência aos estudiosos da questão sindical. Como afirma Luiz Werneck Viana no seu prefácio: "Não se pode mais comparecer nos debates sobre a reforma da legislação trabalhista sem conhecer os argumentos que aqui são expostos".

Maria Clotilde Lemos Petta é professora licenciada da PUC-Campinas e diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), do Sindicato dos Professores de Campinas e da Federação dos Professores do Estado de São Paulo (Fepesp)

Emancipação e precarização das mulheres

O oportuno livro de Claudia Mazzei Nogueira, *"A feminização no mundo do trabalho: Entre a emancipação e a precarização"*, representa o resultado de pesquisa bibliográfica e reflexão teórica realizadas pela autora na dissertação de mestrado orientada por Maria Lúcia Barroco e defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

A questão central enfocada na obra está bem sintetizada no título: a expansão crescente da participação das mulheres no mercado de trabalho capitalista, em diferentes contextos nacionais, sobretudo nos últimos vinte anos, pode significar, à primeira vista, uma conquista social não só das mulheres em direção à igualdade de direitos, mas, à emancipação de toda a sociedade. No entanto, a análise das relações sociais de sexo articuladas com as relações sociais de classe informa a complexidade desta questão e a impossibilidade de compreendê-la somente em termos de crescimento.

Onde estão as mulheres no mercado de trabalho, quais são os seus rendimentos, quais são os direitos vinculados ao trabalho, enfim, o que informam sobre o atual contexto? Estas e outras questões são analisadas pela autora a partir do resgate histórico e, considerando, sobretudo, o período das mudanças recentes no capitalismo.

No contexto da acumulação denominada flexível, o desemprego e a precarização no trabalho registram índices de crescimento jamais observados na história. Em qualquer contexto nacional analisado pela autora –



A feminização no mundo do trabalho.

**Claudia Mazzei Nogueira.
Ed. Autores Associados,
Campinas/SP, 2004**

POR LILIANA SEGNINI

européu ou latino-americano – é possível afirmar que as mulheres estão predominantemente em trabalhos precários e que vivenciam o desemprego mais intensamente do que os homens. Mais ainda, que permanecem recebendo salários inferiores, apesar de serem mais escolarizadas, de acordo com dados oficiais nacionais. No Brasil, esta situação social é reafirmada na análise do capítulo IV.

Ou seja: a crescente participação das mulheres no trabalho, além da presença no espaço doméstico (que permanece no universo feminino), revela também as novas possibilidades de racionalização do trabalho – minimização de custos e maximização de resultados – até então não observadas na produção para o mercado, entre as quais são destacadas as crescentes formas flexíveis e precárias de trabalho e

o próprio desemprego, considerados parte integrante das formas de controle do trabalho assalariado.

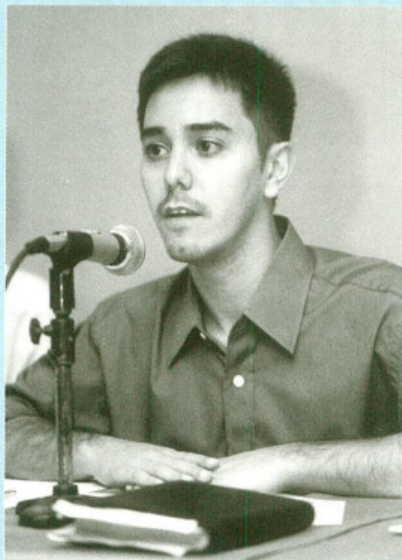
Neste sentido, a compreensão do processo de feminização do trabalho implica numa análise de seu duplo aspecto e das contradições inerentes. Por esta razão, o livro de Claudia Mazzei Nogueira é uma grande contribuição para todos os interessados no estudo do tema. E, como destaca José Paulo Netto no prefácio da obra, o livro defende uma perspectiva; a autora “acredita no conhecimento do presente para abrir a via às transformações substantivas capazes de garantir, para mulheres e homens, a ordem societária em que ‘o livre desenvolvimento de cada um’ constituirá a condição do ‘livre desenvolvimento de todos’”.

Além disso, ainda segundo o prefácio, “O texto que o leitor percorrerá tem uma vantagem adicional: a escrita de Claudia é límpida, cristalina, direta. Depois de um breve excursus sobre o trabalho feminino nas sociedades pré-capitalistas, viaja-se com prazer pela inserção da mulher na grande indústria. A partir daí, a argumentação se adensa, mas a prosa continua agradável: os complexos problemas postos pela organização do trabalho no capitalismo contemporâneo são dissecados de forma simples e compreensível”.

Liliana Segnini é doutora em ciências sociais, professora da Faculdade de Educação da Unicamp/SP e autora, entre outros, do livro *Mulheres no trabalho bancário* (Edusp)

Juventude e impasses do Primeiro Emprego

MARCOS EMILIO



Empresas não priorizam os jovens; elas apostam na precarização

Segundo pesquisa do Datafolha, o desemprego é o principal problema para 49% dos brasileiros, seguido da fome (12%). Para piorar, o PIB nacional caiu 0,2% em 2003. Para absorver os 1,5 milhões de jovens que todo ano procuram novas vagas seria necessário um crescimento anual do PIB de 5 a 7%.

O Brasil tem hoje cerca de 13 milhões de desempregados, mas é entre os jovens que este drama é mais intenso. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, 47% dos desempregados têm entre 16 a 24 anos.

POLÍTICA EMERGENCIAL

Para superar este grave problema, o Brasil precisa de um novo projeto de desenvolvimento econômico e social que gere emprego e distribua renda. Por outro lado, como são os jovens os principais afetados, é urgente que o Estado implemente efetivamente políticas emergenciais para a juventude.

Atualmente existem três leis que não são cumpridas e nem fiscalizadas a contento: a dos estágios, que por falta de regulamentação serve à precarização dos falsos estágios; a do aprendiz, que obriga as empresas a contratarem de 5% a 15% de jovens e que também é negligenciada; e o recém-criado Primeiro Emprego.

INICIATIVA POSITIVA

Com o lançamento do Programa Primeiro Emprego, o governo Lula introduziu nacionalmente o debate sobre as políticas públicas para juventude numa iniciativa altamente positiva. O programa tem três eixos concretos: inserção no mercado do trabalho, preparação para o emprego e a participação social.

Ele prevê aporte financeiro às empresas de R\$ 200 durante seis meses para cada posto criado a jovens sem experiência profissional. A prioridade é para estudantes do ensino fundamental, médio, técnico ou alfabetização, com preferência para negros, índios e egressos do sistema penitenciário. A renda *per capita* não pode superar meio salário mínimo. O cadastro deve ser feito no Sistema Nacional de Emprego (Sine).

Segundo Remigio Todeschini,

do Ministério do Trabalho, até agora a subvenção propiciou 2.050 vagas; destas, só 441 foram formalizadas. Este dado prova que as empresas não têm “responsabilidade social”, como alardeiam, e nem visam investir na formação dos jovens; preferem o trabalho precário, mais barato.

PROPOSTA PREOCUPANTE

Já os chamados Consórcios Sociais, implementados em sete Estados, atendem 7.200 jovens. Os critérios de contratação nesta iniciativa não seguem obrigatoriamente as exigências do Sine. Isto explica a pressão das empresas por este tipo de contratação, no qual os direitos trabalhistas não são garantidos aos jovens.

Desta forma, os patrões sairiam mais uma vez lucrando; o governo evitaria o fiasco do Primeiro Emprego; e os atuais empregados seriam substituídos por jovens em condições precárias. Diante da baixa adesão das empresas ao Primeiro Emprego é preciso garantir aos jovens os direitos trabalhistas, conforme a CLT, e o respeito às convenções coletivas. O governo não pode se submeter à pressão precarizadora dos patrões.

É evidente que a geração de emprego e renda de qualidade exige crescimento econômico com valorização do trabalho. Isto, porém, não anula a urgência de políticas públicas, mesmo que emergenciais, para solucionar os problemas da juventude.

Marcos Emilio é presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing de São Paulo (Sintratel) e coordenador da Comissão Nacional de Juventude da CUT

assine hoje mesmo

Debate Sindical

Receba em sua casa ou na sede da sua entidade a única publicação do país especializada no estudo do sindicalismo. Uma revista de análise, polêmica e intercâmbio de experiências. A assinatura de R\$ 30,00 dá direito a quatro edições e você ganha de brinde o livro “ERA FHC: A REGRESSÃO DO TRABALHO”

“ERA FHC” A REGRESSÃO DO TRABALHO

Marcio Pochmann
Altamiro Borges



CUPOM DE ASSINATURA

A partir do número: _____ RS 30,00

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ CEP _____
Cidade _____ Estado _____
Telefone(s) _____
Fax _____
Profissão _____
Correio eletrônico _____

FORMA DE PAGAMENTO:

Cheque nominal ao Centro de Estudos Sindicais,
no valor de R\$ 30,00

Depósito em conta corrente nº 457852-X, Banco do
Brasil, agência 3324-3 (neste caso, enviar o
comprovante via fax para 11 289-1496)

Cartão

☐ Credicard ☐ Visa

Número

Validade

A large, vibrant photograph of a smiling woman with a yellow and green headband, likely a carnival dancer, in the foreground. In the background, a white church with a bell tower and a cross is visible under a clear blue sky. The entire image is framed by a decorative yellow border with a repeating geometric pattern.

OLINDA ESTÁ DIFERENTE.

**OLINDA, AGORA, É COMO
O BRASIL. É DA GENTE.**

Dessa gente misturada que a gente vê pelas calçadas. Dessa gente criativa que reinventa a vida e a própria sobrevivência. E que, agora, reinventa o Brasil. Dessa gente que anda nas ruas atrás dos sonhos, sorrindo pra esperança. Essa gente desses Brasis. Essa gente dessa Olinda.

OLINDA
Patrimônio da Humanidade



**PREFEITURA
POPULAR**